SEMPRE EDITORA LTDA
CNPJ 26.198.515/0004-84

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 38.733.648/0001-40

Relatório da Administração 2023

Aos Acionistas,

Atendendo às disposições legais, a Administração da Editora e Distribuidora Educacional S.A., aqui denominada "Companhia", "Controladora" ou "EDE" tem a satisfação de apresentar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, em comparação com o ano de 2022. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Além disso, foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras

- *International Financial Reporting Standards* (IFRS) - emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

SOBRE A COMPANHIA

A Editora e Distribuidora Educacional S.A. ("Companhia" ou "EDE"), têm como principais atividades a oferta de cursos de ensino superior e pós-graduação presencial e à distância, soluções educacionais para ensino técnico e superior, entre outras atividades complementares, tais como o desenvolvimento de tecnologia da educação com serviços para gestão e formação complementar, além de assessorar e/ou viabilizar a possibilidade de financiamento direto e indireto de alunos em relação às suas respectivas modalidades escolares e o desenvolvimento de software para ensino adaptativo e otimização de gestão acadêmica.

Adicionalmente, alguns dos valores aqui apresentados se relacionam ao segmento Kroton, em que a EDE está inserida.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Desde o início da pandemia, a Companhia tem mantido um compromisso inabalável com a entrega de resultados consistentes e foco na geração de caixa para o acionista.

Durante o ano de 2021, concentrou seus esforços na retomada do crescimento do EBITDA após os impactos da pandemia. Para isso, implementou políticas comerciais mais robustas na Kroton e realizou uma otimização operacional nos campi, com redução de 36% no número total de campi, visando aprimorar a eficiência e converter EBITDA em caixa de maneira mais eficaz.

No exercício de 2022, a Companhia direcionou seus esforços para otimizar a Receita, promovendo o crescimento em todas as suas unidades de negócios e concentrou-se na migração de clientes para soluções mais rentáveis, além de garantir a estabilidade das taxas de captação e evasão no segmento Kroton. Tais iniciativas resultaram em um expressivo crescimento na Receita Líquida, evidenciando a habilidade da empresa em se adaptar às demandas do mercado e impulsionar o crescimento em suas operações core.

No ano subsequente, 2023, a Companhia atribuiu grande ênfase à Geração de Caixa Operacional (GCO) como parte integrante de sua estratégia de crescimento contínuo. Investiu em políticas e processos voltados para a otimização dos fluxos de caixa e eficiência na conversão de EBITDA em GCO. Também implementou melhorias na gestão de recebíveis e na redução de custos operacionais, destacando-se como uma empresa focada na geração de valor para os acionistas.

No ano de 2023 versus 2022 houve redução de 79,4% na Geração de Caixa Operacional após Capex que somou R$ 188,3 milhões em 2023 frente a R$211,3 milhões em 2022, principalmente em função de pagamento substancial a partes relacionadas.

No mesmo período houve queda de 9,3% na Receita Líquida e de 10,2% no EBITDA em função da reorganização societária que ocorreu em Julho de 2022 atrelada aos cursos de saúde e medicina, através da qual estes cursos foram migrados para a KrotonMed.

Ambiente Macroeconômico

Historicamente, três indicadores macroeconômicos têm maior influência nos resultados de Cogna: (i) inflação; (ii) desemprego e; (iii) variação do PIB. Esses vetores econômicos têm esse comportamento principalmente na unidade de negócio Kroton, vertical de B2C de Ensino Superior.

Considerando os pontos descritos acima, alguns marcadores que impactaram a Receita e EBITDA da Companhia: (i) redução de 200 bps (13,75% em 2022 vs. 11,75%) na taxa básica de juros, impactando positivamente nosso resultado financeiro; (ii) IPCA acumulado fechou 4,62% em 2023, ficando abaixo do teto da meta de inflação pela primeira vez desde 2020; e (iii) crescimento de 2,9% no PIB. Adicionalmente a taxa de desemprego fechou o ano de 2023 em 7,8%, menor nível desde 2014, apresentando uma queda de 1,8 p.p vs. 9,6% em 2022.

Reorganização Societária

Durante o ano de 2022 a Kroton realizou reestruturações societárias em suas unidades empresariais com intuito de melhorar o gerenciamento de suas operações e a demonstração de seus resultados, principalmente atreladas aos cursos de saúde e medicina. Tais reestruturações resultaram na incorporação parcial dos ativos cindidos pela coligada Anhanguera Educacional Participações S.A. na controlada PSES - Pitágoras Sistema de Ensino Sociedade, e consequente aumento nos resultados do ano de 2022, em comparação a 2023.

Em paralelo, 31 de dezembro de 2022, a Companhia transferiu 100% da participação da PSES (empresa que concentra os negócios de medicina) para a controladora Cogna, através de redução de capital.

Desempenho Financeiro

Exceto quando indicado de forma diferente, os dados financeiros utilizados para a elaboração das análises a seguir refletem o resultado consolidado da Companhia de 2023, na comparação com o resultado societário para 2022.

- Receitas Bruta e Líquida - a receita bruta da Companhia para o exercício social de 2023 foi de R$3.030 milhões, redução de 9,2% na comparação anual, justificada principalmente pela reorganização societária citada anteriormente. Já a receita líquida de 2023 totalizou R$2.198,6 milhões, retração de 9,3% frente a 2022, seguindo a tendência apresentada na linha de receita bruta.
- Custos de Produtos Vendidos e de Serviços Prestados - os custos da Companhia totalizaram R$344,2 milhões, equivalente a 15,7% da receita líquida, uma melhora de 4,7 p.p. comparado a 2022 refletindo os esforços da administração em reduzir custos operacionais para gerar mais valor aos acionistas.
- Lucro Bruto e Margem Bruta - o lucro bruto de 2023 alcançou R$1.854,4 milhões, com margem bruta de 84,3%, aumento de 4,7 p.p. na comparação com 2022.
- Despesas Operacionais - as despesas operacionais atingiram R$1.383,1 milhões em 2023, representando 62,9% da receita líquida do período, frente à 58,5% da receita líquida de 2022.
- Resultado Financeiro - o resultado financeiro foi de R$202,2 milhões negativos, ante os R$292,6 milhões negativos registrados em 2022, impactado pela redução da taxa de juros durante o ano.
- Imposto de Renda e Contribuição Social - Imposto de Renda e Contribuição Social totalizaram R$22,1 milhões negativos, 1,5% da receita líquida, aumento de 0,5 p.p. na comparação anual.
- Lucro líquido do exercício - o lucro de 2023 totalizou R$236,1 milhões, com uma margem de 10,7% da receita líquida, frente ao lucro de R$196,1 milhões e margem líquida de 8,1% em 2022. O crescimento nos resultados de 2023 são explicados principalmente pela redução nos custos e melhor resultado financeiro.

Governança Corporativa

A Controladora direta da Companhia, Cogna, tem suas ações - "COGN3" - listadas no Novo Mercado da B3, segmento com as melhores práticas de Governança Corporativa, reiterando assim o compromisso com a comunidade financeira e com todos os acionistas.

Auditoria Independente

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2023: auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS").

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não deve exercer funções gerenciais; e (c) não deve prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados (quando existe) não afetam a sua independência profissional.

Declaração da Diretoria Executiva

A Diretoria da Cogna declara, nos termos da Instrução CVM n.o 59 datada de 21 de dezembro de 2021, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes Ltda., emitido em 08 de abril de 2024; e (ii) com as demonstrações financeiras contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece toda a confiança e apoio de todos seus alunos de Ensino Superior, instituições de ensino, órgãos governamentais, fornecedores, investidores e colaboradores, que nos ajudam cotidianamente a embarcar em uma nova era, com oportunidades de crescimento conservando o propósito de transformar a vida das pessoas por meio de uma Educação de qualidade.

A Administração

Balanços Patrimoniais - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
ATIVO	**Nota**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	6.936	4.653	7.769	5.319
Títulos e valores mobiliários	8	189.701	210.330	202.837	371.626
Contas a receber	9	496.963	277.852	725.175	685.435
Adiantamentos		18.711	7.461	20.963	12.116
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	6.799	9.925	8.032	27.969
Tributos a recuperar		3.856	–	4.331	313
Outros créditos	11	27.778	22.455	38.741	35.735
Partes relacionadas - outros	25	612.210	403.124	546.156	298.821
Total do ativo circulante		**1.362.954**	**935.800**	**1.554.004**	**1.437.334**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	8	46.040	41.316	46.040	41.316
Contas a receber	9	9.275	19.256	47.462	112.808
Tributos a recuperar		1.693	2.940	2.735	3.995
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	12.435	–	12.435	–
Outros créditos	11	37.522	20.861	39.573	26.125
Garantia para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	22	912	516	912	11.827
Depósitos judiciais	22	13.002	13.676	13.406	14.602
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	139.874	5.599	139.874	165.353
Investimentos	12	564.479	1.228.584	402.853	465.107
Imobilizado	13	1.205.959	1.030.929	1.582.007	1.670.300
Intangível	14	1.861.039	1.775.639	1.902.657	1.891.443
Total do ativo não circulante		3.892.230	4.139.316	**4.189.954**	4.402.876
Total do ativo		**5.255.184**	**5.075.116**	**5.743.958**	**5.840.210**

		Controladora		Consolidado	
PASSIVO	**Nota**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante					
Debêntures	15	63.759	67.971	63.759	67.971
Arrendamento por direito de uso	16	54.241	35.465	74.013	63.603
Fornecedores		131.152	120.512	141.863	144.097
Fornecedores risco sacado	17	4.582	12.104	4.582	12.298
Obrigações trabalhistas	18	74.369	59.808	90.210	89.751
Imposto de renda e contribuição social a pagar		4.893	–	5.204	3.598
Tributos a pagar	19	14.295	20.002	15.318	28.763
Adiantamentos de clientes		80.155	56.991	82.577	66.700
Contas a pagar - aquisições	20	4.211	6.466	4.211	6.466
Dividendos a pagar	24	44.430	–	44.430	–
Demais contas a pagar		10.956	6.745	16.482	13.536
Debêntures a pagar de partes relacionadas	25	16.127	22.724	16.127	22.724
Partes relacionadas - outros	25	210.159	377.150	296.557	472.939
		713.329	**785.938**	**855.333**	**992.446**
Não circulante					
Debêntures	15	109.383	164.013	109.383	164.013
Arrendamento por direito de uso	16	883.415	718.626	1.185.212	1.201.723
Contas a pagar - aquisições	20	14.927	12.113	14.927	12.113
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	21	107.307	103.389	117.898	127.809
Passivos assumidos na combinação de negócio	21	–	–	–	13.476
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	8.269	540	8.326	597
Demais contas a pagar		1.281	5.400	28.056	37.578
Debêntures a pagar de partes relacionadas	25	649.297	800.218	649.297	800.218
Partes relacionadas - outros	25	81.876	–	81.876	–
		1.855.755	**1.804.299**	**2.194.975**	**2.357.527**
Total do passivo		**2.569.084**	**2.590.237**	**3.050.308**	**3.349.973**
Patrimônio líquido					
Capital social	24	2.415.181	2.415.181	2.415.181	2.415.181
Reserva de lucros		142.644	–	142.644	–
Reservas de capital		128.275	122.304	128.275	122.304
Prejuízos acumulados		–	(52.606)	–	(52.606)
		2.686.100	**2.484.879**	**2.686.100**	**2.484.879**
Participação dos não controladores		–	–	7.550	5.358
Total do patrimônio líquido		**2.686.100**	**2.484.879**	**2.693.650**	**2.490.237**
Total do passivo e patrimônio líquido		**5.255.184**	**5.075.116**	**5.743.958**	**5.840.210**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receita líquida de vendas e serviços	**27**	**1.997.342**	**1.625.662**	**2.198.571**	**2.422.877**
Custo das vendas e serviços	28	(256.718)	(219.472)	(344.165)	(492.991)
Lucro bruto		**1.740.624**	**1.406.190**	**1.854.406**	**1.929.886**
Despesas operacionais					
Com vendas	28	(171.662)	(116.446)	(189.272)	(165.971)
Gerais e administrativas	28	(768.822)	(652.038)	(910.959)	(907.697)
Provisão para perda esperada	28	(197.095)	(128.318)	(233.731)	(267.949)
Outras receitas operacionais	28	10.614	4.135	15.885	9.523
Outras despesas operacionais	28	(26.034)	(11.216)	(26.089)	(14.821)
Equivalência patrimonial	12	(1 60.291)	(50.616)	(38.977)	(70.024)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		**427.334**	**451.691**	**471.263**	**512.947**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	29	78.274	60.786	95.404	169.414
Despesas financeiras	29	(257.201)	(287.103)	(297.560)	(461.981)
		(178.927)	**(226.317)**	**(202.156)**	**(292.567)**
Lucro operacional antes dos impostos		**248.407**	**225.374**	**269.107**	**220.380**
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	23	–	(81)	(1.606)	(11.265)
Diferidos	23	(8.727)	(37.172)	(31.413)	(13.048)
		(8.727)	**(37.253)**	**(33.019)**	**(24.313)**
Lucro líquido do exercício		**239.680**	**188.121**	**236.088**	**196.067**
Atribuído a:					
Acionistas controladores		239.680	188.121	239.680	188.121
Acionistas não controladores		–	–	(3.592)	7.946
Lucro básico por ação ON - R$	30	0,10	0,08	–	–

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Lucro líquido do exercício	**239.680**	**188.121**	**236.088**	**196.067**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	**239.680**	**188.121**	**236.088**	**196.067**
Atribuído a:				
Acionistas controladores	239.680	188.121	239.680	188.121
Acionistas não controladores	–	–	(3.592)	7.946

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

					Controladora		Consolidado	
			Reservas de lucro					
	Capital social	**Reservas de capital**	**Reserva legal**	**Reserva para investimento**	**Prejuízos acumulados**	**Total do patrimônio líquido**	**Participação dos não controladores**	**Total do patrimônio líquido**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**2.849.616**	**107.138**	**–**	**–**	**(239.689)**	**2.717.065**	**2.719**	**2.719.784**
Resultado abrangente do exercício								
Lucro do exercício	–	–	–	–	188.121	188.121	7.946	196.067
Total do resultado abrangente do exercício	–	–	–	–	188.121	188.121	7.946	196.067
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas								
Aumento de capital (nota explicativa 24)	50.000	–	–	–	–	50.000	–	50.000
Reorganização societária	(484.435)	–	–	–	(1.038)	(485.473)	4.832	(480.641)
Perda de participação acionária	–	4.218	–	–	–	4.218	–	4.218
Opções outorgadas reconhecidas	–	10.948	–	–	–	10.948	–	10.948
Destinação do lucro líquido do exercício								
Participação de acionistas minoritários	–	–	–	–	–	–	(10.139)	(10.139)
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	(434.435)	15.166	–	–	(1.038)	(420.307)	(5.307)	(425.614)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.415.181**	**122.304**	–	–	**(52.606)**	**2.484.879**	**5.358**	**2.490.237**
Resultado abrangente do exercício								
Lucro do exercício	–	–	–	–	239.680	239.680	(3.592)	236.088
Total do resultado abrangente do exercício	–	–	–	–	239.680	239.680	(3.592)	236.088
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas								
Opções outorgadas reconhecidas	–	5.971	–	–	–	5.971	–	5.971
Destinação do lucro líquido do exercício								
Reserva legal	–	–	9.354	–	(9.354)	–	–	–
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	(44.430)	(44.430)	–	(44.430)
Reserva para investimentos	–	–	–	133.290	(133.290)	–	–	–
Participação de acionistas minoritários	–	–	–	–	–	–	5.784	5.784
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	–	5.971	9.354	133.290	(187.074)	(38.459)	5.784	(32.675)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**2.415.181**	**128.275**	**9.354**	**133.290**	–	**2.686.100**	**7.550**	**2.693.650**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →

D4Sign b59fbb6c-511b-4407-8b74-1535a6eaf72a - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

SEMPRE EDITORA LTDA
CNPJ 26.198.515/0004-84

continuação

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A. E CONTROLADAS - CNPJ nº 38.733.648/0001-40

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		248.407	225.374	269.107	220.380
Ajustes para conciliação ao resultado:					
Depreciação e amortização	13 e 14	152.122	163.664	169.331	200.576
Depreciação IFRS-16	13	64.063	47.944	93.946	102.813
Amortização de intangíveis gerados em combinação de negócios	14	1.992	–	2.624	4.190
Provisão para perda esperada	9	197.095	128.318	233.731	267.949
Ajuste a valor presente do contas a receber	9	13.101	(12.198)	3.361	(12.450)
Encargos financeiros no recebimento de valores da controladora	25	12.508	42.947	17.516	131.235
Provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	21 e 23	16.067	58.368	20.105	91.562
Atualização monetária de contas a receber na venda de controladas		–	(6.454)	–	(6.454)
Encargos financeiros de debêntures	15 e 25	126.616	135.414	126.616	135.414
Encargos financeiros de aquisições	20	1.346	1.770	1.346	1.770
Encargos financeiros arrendamento por direito de uso	16	90.789	75.293	127.086	148.316
Encargos financeiros das provisões tributárias e trabalhistas	21	4.451	16.753	5.946	27.320
Outorga de opções de ações		2.335	10.525	2.409	10.575
Resultado na venda ou baixa de ativos e outros investimentos		29.083	1.775	31.017	5.352
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	29	(35.220)	(22.717)	(41.474)	(100.214)
Equivalência patrimonial	12	160.291	50.616	38.977	70.024
		1.085.046	**917.392**	**1.101.644**	**1.298.358**
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
(Aumento) em contas a receber		(231.232)	(1.535)	(211.133)	(202.458)
(Aumento) redução em adiantamentos		(10.434)	29.778	(8.098)	44.241
Redução (aumento) em tributos a recuperar		7.772	(5.466)	6.769	(13.802)
Redução em depósitos judiciais		1.513	1.669	1.199	4.967
(Aumento) redução em partes relacionadas		(181.509)	(203.247)	(205.360)	(99.636)
(Aumento) redução em outros créditos		(23.528)	11.182	(23.332)	6.133
(Redução) em fornecedores		(5.766)	(68.501)	(3.119)	(80.202)
(Redução) aumento em fornecedores risco sacado		(7.522)	319	(7.716)	(238)
(Redução) em obrigações trabalhistas		(683)	(56.313)	(2.106)	(70.130)
(Redução) em tributos a pagar		(13.785)	(13.137)	(14.493)	(2.620)
Aumento (redução) em adiantamento de clientes		23.164	(12.005)	15.877	(18.039)
Pagamento de contingências tributárias, trabalhistas e cíveis		(35.572)	(32.356)	(38.532)	(50.769)
(Redução) aumento nas demais contas a pagar		(7.170)	4.247	(5.619)	12.012
Caixa gerado pelas operações		**600.294**	**572.027**	**605.981**	**827.817**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(276)	(284)	(1.377)	(3.878)
Juros de arrendamento por direito de uso pagos	16	(90.318)	(68.038)	(125.556)	(142.675)
Juros de debêntures pagos	15 e 25	(137.272)	(120.251)	(137.272)	(120.251)
Juros em pagamento de valores cedidos pela controladora		(25.796)	(95.674)	(31.642)	(221.389)
Caixa líquido gerado pela atividade operacional		**346.632**	**287.780**	**310.134**	**339.624**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Resgate (investimento) de títulos e valores mobiliários		51.125	(204.131)	205.539	187.870
Adições ao imobilizado	13	(24.783)	(24.103)	(33.917)	(41.362)
Adições ao intangível	14	(71.059)	(75.170)	(87.950)	(86.928)
Caixa adquirido em combinação de negócio	5	–	–	10	–
Caixa adquirido (cedido) em reorganização societária	4	165.571	–	22.645	(30.730)
Aquisição de controladas	20	(6.981)	–	(6.981)	–
(Aumento) redução de capital em controladas e coligadas	12	(123.583)	331.206	(65.852)	359.829
Recebimento pela venda de controladas		–	75.943	–	75.943
Recebimento de valores na venda de imóveis	11	4.870	–	8.389	–
Recebimento de juros sobre capital próprio	12	10.425	11.172	10.425	4.536
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		**5.585**	**114.917**	**52.308**	**469.158**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital		–	50.000	–	50.000
Participação de não controladores		–	–	5.784	2.553
Pagamento de arrendamento por direito de uso	16	(46.774)	(33.923)	(68.462)	(69.255)
Pagamento de debêntures	15 e 25	(205.704)	–	(205.704)	–
Parcelas pagas em aquisição de empresas	20	(3.257)	(6.599)	(3.257)	(6.599)
Pagamento de valores cedidos pela controladora	25	(94.199)	(681.158)	(88.353)	(1.118.963)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(349.934)**	**(671.680)**	**(359.992)**	**(1.142.264)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**2.283**	**(268.983)**	**2.450**	**(333.482)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	4.653	273.636	5.319	338.801
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	7	6.936	4.653	7.769	5.319
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**2.283**	**(268.983)**	**2.450**	**(333.482)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Editora e Distribuidora Educacional S.A., aqui denominada "Companhia" ou "EDE", com sede na Rua Santa Madalena Sofia, 25, na cidade de Belo Horizonte - MG, e suas controladas (em conjunto, "Consolidado" ou "Grupo") têm como principais atividades a oferta de cursos de ensino superior e pós-graduação presencial e à distância, soluções educacionais para ensino técnico e superior, entre outras atividades complementares, tais como o desenvolvimento de tecnologia da educação com serviços para gestão e formação complementar, além de assessorar e/ou viabilizar a possibilidade de financiamento direto e indireto de alunos em relação às suas respectivas modalidades escolares e o desenvolvimento de *software* para ensino adaptativo e otimização de gestão acadêmica. A controladora direta da Companhia é a Cogna Educação S.A, e suas controladas diretas, indiretas e coligadas estão descritas na nota explicativa 12. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 08 de abril de 2024. **2. Políticas contábeis materiais:** O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário. Além disso, o Grupo adotou a Divulgação de políticas contábeis (alteração ao CPC 26/IAS 1 e ao IFRS *Practice Statement* 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas nesta nota 2 em determinados casos (consulte a nota explicativa 2.24.1 (a) para obter mais informações). **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)),* e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos financeiros, outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são materiais para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 3. **2.2. Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direto a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na nota a seguir. **a) Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle, isto é, quando está exposto ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Os investimentos em controladas é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, cujo investimento é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição e, posteriormente ajustado pelas alterações dos ativos líquidos das investidas. Os investimentos em operações controladas em conjunto (quando aplicáveis) são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das novas controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. A seguir apresentamos a relação das empresas controladas pela Companhia para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Participação % 31/12/2023	Participação % 31/12/2022
Sociedades consolidadas		
Orme - Orme Serviços Educacionais	99,99	99,99
Projecta - Projecta Educacional	99,99	99,99
Cepar - Centro de Ensino Superior de Parauapebas Ltda. (i)	0,00	99,99
Cemar - Centro de Ensino Superior de Maraba Ltda. (i)	0,00	99,99
Cesupar - Centro de Ensino Superior de Paragominas Ltda. (i)	0,00	99,99
União - União de Ensino Unopar (i)	0,00	99,99
Unic Educacional (i)	0,00	99,99
Platos Soluções Educacionais S.A.	68,07	68,07
Eduquer Serviços Educacionais Ltda. (i)	0,00	99,99
CAdE - Centro Avançado de Ensino Ltda. (ii)	99,99	0,00
Controlada indireta Unic Educacional:		
Unime Salvador - Iuni Educacional (i)	0,00	99,99

(i) Empresas incorporadas pela controladora em 31 de março, conforme mencionado na nota explicativa 4. (ii) Em 18 de agosto de 2023, a Companhia adquiriu a totalidade da participação acionária da empresa "CAdE". **b) Coligadas:** As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controla ou controla em conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício, e outros resultados abrangentes da investida até a data em que há influência. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as demonstrações financeiras da Companhia incluem as seguintes empresas coligadas:

	Participação % 31/12/2023	Participação % 31/12/2022
Sociedades coligadas		
AESAPAR- Anhanguera Educacional Participações S.A.	15,45	14,44
Saber - Saber Serviços Educacionais S.A.	37,96	37,96

c) Participação de acionistas não controladores: O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "ajustes de avaliação patrimonial". **d) Combinações de negócios:** Em conformidade com as disposições do CPC 15 - Combinações de negócio as aquisições são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades de uma entidade atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data da aquisição e são remensuradas a cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. As combinações de negócios ocorridas durante o exercício estão descritas com maior detalhamento na nota explicativa 5. **e) Unidades Geradoras de Caixa - UGC:** Com a alteração dos segmentos operacionais, para fins de avaliação de *impairment*, esses ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, sendo: (i) Kroton. Para maiores informações sobre as análises de *impairment*, vide nota explicativa 14. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R$), que corresponde a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Demonstração do resultado abrangente:** Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação, quando aplicáveis) que, em conformidade com os procedimentos não são reconhecidos na demonstração do resultado como requeridos ou permitidos pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, quando aplicáveis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo não apresentou outros itens além dos resultados dos exercícios apresentados nas demonstrações do resultado individuais e consolidadas. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalente de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez, os quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **2.6. Ativos e passivos financeiros:** Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Compreendem o caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a receber pela venda de controladas, e valores a receber de partes relacionadas e outros créditos. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, e; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os investimentos da Companhia são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica de "Receitas financeiras" no período em que ocorrem. Considerando sua respectiva natureza, em 31 de dezembro de 2023 os ativos financeiros da Companhia estão classificados como mensurados ao custo amortizado, exceto pelos títulos e valores mobiliários e pelos instrumentos financeiros derivativos, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros: São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Compreendem empréstimos e debêntures, além de saldos a pagar a fornecedores, operações de risco sacado, contas a pagar por aquisições de empresas e valores a pagar para partes relacionadas. O Grupo deixa de reconhecer um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também deixa de reconhecer um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. *Impairment* de ativos financeiros: O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de créditos associados aos títulos de dívida registrados ao custo de amortização e ao valor justo por meio do resultado. A metodologia aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo reconhece as perdas esperadas a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis e conforme as faixas de vencimento dos títulos e rolagem entre as faixas, conforme descrito na nota explicativa 9 (c). **2.7. Contas a receber de clientes:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços pelo Grupo. A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente por valor igual ao preço estimado da transação. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para "*impairment*". A provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento com base nas performances apresentadas pelas diversas linhas de negócio e respectivas expectativas de cobrança até 365 dias do vencimento. A Companhia constitui mensalmente a provisão para perda esperada analisando os valores de recebíveis constituídos a cada mês no período de 12 meses para o segmento Kroton e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando sua "*performance*" de recuperação. Nessa metodologia, para cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda estimada levando em conta informações atuais e prospectivas sobre o prospectivas sobre o histórico de inadimplência de cada produto. A Companhia considera a expectativa de entrada de caixa esperada para seus acordos sobre títulos renegociados com vencimento maior de 360 dias, e adicionalmente o cálculo da provisão para perdas esperadas considera uma expectativa de recuperação dos títulos renegociados, baseado na média histórica do evento caixa da entrada da renegociação com o aluno. Adicionalmente, para os casos de grandes clientes que apresentam alto risco de não recebimento são provisionados em sua totalidade. Com relação ao PEP - Parcelamento Especial Privado - a Companhia constitui provisão para perda esperada relacionada aos recebíveis, utilizando o percentual de 58,8% da respectiva receita líquida, o qual reflete a melhor estimativa da administração quanto à futura inadimplência. Este percentual leva em consideração principalmente: a) a expectativa futura de perda para alunos com parcelamentos, que é superior à média dos alunos pagantes; e b) o percentual de evasão histórica de alunos. Esse percentual é reavaliado com base nos títulos em aberto na data base das contas a receber, conforme apresentado na nota explicativa 8. Adicionalmente a Companhia não oferta mais esse produto para novos ingressantes desde o ano de 2021. Com relação ao PMT - Parcelamento de Matrícula Tardia, a Companhia segue processo análogo ao citado anteriormente com relação ao PEP, e adicionalmente realiza a cobrança nos boletos correntes do aluno. Este produto segue sendo ofertado para novos ingressantes, tanto na modalidade presencial quanto EAD. **2.8. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui o custo de aquisição, formação ou construção. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos a seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Vida útil (anos) 2023	Vida útil (anos) 2022
Equipamentos de informática	4	5
Móveis, equipamentos e utensílios	10	10
Biblioteca	10	10
Edificações e benfeitorias (i)	20	25

(i) As edificações e benfeitorias tem vida útil definida de acordo com o prazo de vencimento do contrato de locação. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. A Companhia revisou a vida útil de seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são condizentes com suas operações em 31 de dezembro de 2023 e 2022. O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras despesas (receitas) operacionais", na demonstração do resultado. **2.9. Intangível:** Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) e são compostos por direitos e concessões que incluem, principalmente, softwares, relacionados as licenças de programas de computador, marcas registradas, licenças de operação, além do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), decorrente de combinação de negócio, e também as relações com clientes, contratuais ou não. Anualmente é realizada a revisão da recuperabilidade dos ativos intangíveis com vida útil indeterminada e do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A seguir apresentamos maior detalhamento de cada um deles: a) Ágio: O ágio é representado pela diferença entre a contraprestação transferida e o valor justo de ativos líquidos identificáveis e passivos assumidos em uma combinação de negócios. b) Softwares: As licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados ou para desenvolver novas funcionalidades para os existentes. Esses custos são amortizados ao longo da vida útil estimada dos respectivos softwares, em até 5 anos. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software ou projeto, incluem os custos com empregados alocados no seu desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas e são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis. Os custos com desenvolvimento que não atendem aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente. c) Produção de conteúdo e livro digital: As despesas de desenvolvimento com conteúdo de plataformas são capitalizadas apenas se puderem ser mensuradas com fiabilidade, se o produto ou processo for técnica e comercialmente viável, se os benefícios económicos futuros forem prováveis e se a Empresa tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e utilizar ou vender o ativo. Caso contrário, é reconhecido nos resultados quando incorrido. Após o reconhecimento inicial, as despesas de desenvolvimento são mensuradas ao custo menos a amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. A amortização é calculada pelo método linear ao longo da sua vida útil estimada de até 4 anos. A Companhia não identificou alterações na vida útil em 31 de dezembro de 2023 e 2022. d) Licença de operação e parceira de polo: O polo é uma unidade operacional local que pode ser tanto próprio quanto de terceiros (parceiros) e tem a responsabilidade de oferecer a estrutura ao aluno em recursos audiovisuais, biblioteca e informática, de modo que suportem a prática do ensino à distância. A amortização é calculada usando o método linear durante o prazo estimado para utilização da licença, no período de até 20 anos. e) Relações contratuais com clientes ("carteira de clientes"): As carteiras de clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente, em até 12 anos. **2.10. "*Impairment*" de ativos não financeiros:** Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Conforme mencionado na nota explicativa 2.2, os ativos são agrupados na menor unidade geradora de caixa para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Para fins desse teste, a Companhia identifica sua operação pela UGC Kroton Ex-Med. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Maiores informações relativas ao teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis de ágio estão descritas na nota explicativa 14 (b).

continua

D4Sign b59fbb6c-511b-4407-8b74-1535a6eaf72a - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

continuação

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A. E CONTROLADAS - CNPJ nº 38.733.648/0001-40

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

2.11. Fornecedores e fornecedores risco sacado: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Alguns fornecedores nacionais têm a opção de ceder recebíveis da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras de primeira linha. Através dessas operações, os fornecedores podem antecipar seus recebimentos com custos financeiros reduzidos, uma vez que as instituições financeiras consideram o risco de crédito da Companhia. A operação não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores. A Companhia classifica estas operações em rubrica contábil específica denominada "fornecedores - risco sacado". Nas demonstrações do fluxo de caixa, estes valores são alocados como atividade operacional, visto que tal transação tem caráter semelhante à de contas a pagar aos fornecedores. Adicionalmente a Companhia, conforme pronunciamento técnico CPC 12, ajusta a valor presente o passivo assumido junto aos fornecedores segregando os juros embutidos em cada negociação e apropriando em seu resultado financeiro, na rubrica de despesas financeiras. **2.12. Debêntures:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. São classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após as datas dos balanços. **2.13. Arrendamento por direito de uso:** A Companhia adota o CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil e reconhece o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para praticamente todos os contratos que possuía de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Não se enquadram nesse contexto os contratos que possuem duração inferior a 12 meses, ou que possuam baixo valor. O reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamento no balanço patrimonial é inicialmente realizado considerando a mensuração pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento. Adicionalmente, nas Demonstrações dos Fluxos de caixa da Companhia, é realizada separação do montante total de caixa pago nestas operações entre: (i) valor principal (apresentado dentro das atividades de financiamento) e; (ii) valor de juros (apresentados nas atividades operacionais). **2.14. Provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis:** As provisões para perdas relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.15. Passivos assumidos na combinação de negócio:** No contexto do CPC 15 - Combinação de negócios - a Companhia, com base nos relatórios dos seus assessores jurídicos e financeiros, provisiona os passivos assumidos na combinação de negócio. Estes são reconhecidos quando a Companhia encontra potenciais não conformidades em relação a práticas passadas de controladas adquiridas pela Companhia quanto ao cumprimento da legislação trabalhista, cível e tributária e relacionadas ao período que pertencia aos vendedores das empresas adquiridas. A Companhia reconhece, contabilmente, potenciais as obrigações resultantes de eventos passados cujo valor justo possa ser razoavelmente mensurado, ainda que dependa da ocorrência de eventos futuros para que se materialize em contingências. **2.16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O resultado tributário do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL correntes e diferidos, calculado sobre o lucro apurado antes dos impostos e reconhecido na demonstração de resultado. O IRPJ e CSLL são calculados com base na aplicação das alíquotas de 25% e 9% respectivamente, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias nos saldos dos ativos e passivos para fins fiscais e nas demonstrações financeiras. O ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferido são registrados integralmente nas demonstrações financeiras, exceto, no caso do ativo, se não forem prováveis que lucros tributáveis futuros sejam realizados, nesse cenário, temos um limitador ao valor do ativo diferido a ser reconhecido. O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributável, em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida. As entidades de ensino superior controladas pela Companhia estão inseridas no Programa Universidade para Todos - ProUni, que estabelece, através da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) às instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica. A normativa tem validade até o ano de 2032, sendo renovável por mais 10 anos. Conforme facultado pela legislação tributária, certas controladas, cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R$78.000, optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas empresas, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do imposto de renda e da contribuição social. Em acordo com o descrito na interpretação contábil ICPC22/IFRIC 23, os passivos relacionados às posições tributárias incertas são reconhecidos somente quando for determinado pela Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, que a autoridade fiscal provavelmente não aceite o tratamento fiscal adotado pela Companhia. **2.17. Lucro ou prejuízo básico por ação:** O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. **2.18. Benefícios a empregados: 2.18.1. Benefícios de curto prazo:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia também fornece à sua equipe comercial comissões considerando as metas de vendas e receitas existentes, as quais são revisadas periodicamente. Esses valores são provisionados em "obrigações trabalhistas" mensalmente com base no atingimento de tais metas, sendo os pagamentos realizados em certos períodos do ano. **2.18.2. Pagamento baseado em ações:** O Grupo Cogna oferece aos administradores e/ou empregados estratégicos das subsidiárias sob seu controle direto ou indireto Planos de Incentivo a Longo Prazo (ILP) com pagamento baseado em ações. O valor justo das ações restritas outorgadas ou opções concedidas outorgadas é reconhecido como despesa durante o período no qual o direito é adquirido, que representa o período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. A contrapartida é registrada a crédito em reservas de capital - outorga de opções de ações no patrimônio líquido. Os encargos trabalhistas incidentes são reconhecidos como despesa no resultado em contrapartida ao Passivo e são atualizados mensalmente observando o preço de fechamento das respectivas ações base. Nas datas dos balanços, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, é reconhecido na demonstração do resultado, prospectivamente. Os planos vigentes no exercício 2023 são os seguintes: a) Planos de opção de compra de ações - Stock Options "SOP": Compreendia os antigos Planos de Anhanguera Educacional e Kroton Educacional criados em 2013 e 2015. Estes planos já foram encerrados, os períodos de carência foram todos cumpridos e últimos prazos para exercício dos contratos vigentes expiraram em 2023. b) Planos de outorga de ações restritas "RSU" Cogna: aprovado em 3 de setembro de 2018 pelo Grupo Cogna. O valor justo das ações restritas outorgadas foi mensurado pelo preço de mercado das ações da Companhia na data da outorga e a concessão das ações restritas era realizada a título não oneroso aos participantes, por meio da transferência de ações mantidas em tesouraria. Este programa foi encerrado, os períodos de carência foram todos cumpridos e os últimos contratos vigentes foram liquidados em 2023. c) Plano de Opção de Compra de Ações "Performance Shares 2021": aprovado em 28 de abril de 2021, tem por objetivo permitir que os outorgados recebam opções que lhes darão o direito de, sujeito a determinadas condições de performance, adquirir e subscrever ações da Cogna. O valor justo das opções outorgadas é mensurado pelo preço de mercado das ações da Cogna na data da outorga e o Preço de Exercício das Opções outorgadas será de R$ 0,01 (um centavo de real) por Ação. d) Plano de Opção de Compra de Ações "Performance Shares 2023": aprovado em 28 de abril de 2023, este novo Plano prevê a possibilidade de outorga de opções de duas espécies distintas: "Opções Bônus Extraordinário" e "Opções Performance", as quais diferem-se pelos (i) respectivos períodos de carência, (ii) pelos Outorgados que serão beneficiários e (iii) pela possibilidade de ajuste do número de opções que poderão ser de fato exercidas pelo Outorgado, em razão do desempenho financeiro da Companhia, verificado o grau de atingimento de determinadas metas financeiras anuais. O valor justo das opções outorgadas é mensurado pelo preço de mercado das ações da Cogna na data da outorga e o Preço de Exercício das Opções outorgadas será de R$ 0,01 (um centavo de real) por Ação **2.19. Capital social:** As ações ordinárias da Companhia são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opção são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Quando qualquer controlada da Companhia compra ações do capital da própria Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis, e dos respectivos efeitos do IRPJ e da CSLL, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia. **2.20. Dividendos e juros sobre o capital próprio:** A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante nos grupos "Dividendos a pagar" e "Juros sobre o capital próprio" (ambos em Partes relacionadas - outros)", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, será registrada quando do seu efetivo pagamento. O dividendo pago superior ao dividendo mínimo obrigatório é apresentado na linha de "dividendos adicionais propostos" no patrimônio líquido. **2.21. Receita na venda de serviços:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos e ajuste a valor presente, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do Grupo. O CPC 47/IFRS 15, estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação da receita ou da indústria: (i) Quando as partes do contrato aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (ii) Quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços transferidos; (iii) Quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) Quando o contrato possuir substância comercial, e; (v) Quando for provável que a entidade receberá a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. A seguir apresentamos as políticas adotadas nas receitas advindas nas vendas de serviços (cursos de ensino superior presencial e ensino superior EAD): **a)** Venda de serviços: A receita pela venda de serviços consiste principalmente na prestação de serviços de cursos de ensino superior (graduação) e é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data de encerramento do balanço. As seguintes condições são observadas quando do reconhecimento da receita dos contratos dos alunos, conforme a forma de pagamento do serviço: (i) a existência de um contrato válido e assinado; (ii) o valor dos serviços é facilmente identificável e, (iii) é provável que a entidade receberá a contraprestação dos serviços prestados. As mensalidades dos cursos e os respectivos descontos variam de acordo com o curso, a unidade ou o termo acadêmico. São cobradas seis mensalidades a cada semestre, sendo a primeira considerada usualmente como matrícula. O vínculo dos alunos acontece sempre em períodos semestrais e a renovação por parte do aluno acontece dependendo do atendimento das obrigações acadêmicas e contratuais, no final do semestre letivo. Os alunos FIES (Programa de Financiamento Estudantil), que possuem contratos financiados no âmbito desse programa governamental, necessitam realizar a validação e aditamento do contrato junto ao FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação). A Companhia realiza procedimentos adicionais de validação e conferência, inclusive, mas não se limitando, ao acompanhamento do status do processo de aditamento dos contratos dos alunos no SisFies (Sistema Informatizado do FIES), com a finalidade de garantir que ocorrerá o recebimento das parcelas de forma normal e recorrente. Adicionalmente, o aluno assina um contrato de prestação de serviços educacionais com a Instituição Educacional (universidade ou faculdade) e, em caso de inadimplência, esta pode efetuar a cobrança diretamente ao aluno. Para as mensalidades dos cursos de educação à distância - EAD, é repassado ao polo parceiro que ministra as aulas telepresenciais um percentual entre 30% e 36%, que varia de acordo com o tamanho das turmas operadas e possui regras específicas que podem variar para cada polo. O acordo contratual entre as controladas e o polo é uma operação em conjunto e estabelece os direitos das partes integrantes sobre as respectivas receitas e as obrigações pelas respectivas despesas, dessa forma, a receita é reconhecida apenas sobre parcela referente à participação da Companhia e suas controladas. No momento do recebimento da mensalidade do aluno é criado contas a pagar para os polos parceiros. O polo é uma unidade operacional local que pode ser tanto própria quanto de terceiros (parceiros) e tem a responsabilidade de oferecer a estrutura ao aluno em recursos audiovisuais, biblioteca e informática, de modo que suportem a prática do ensino à distância. A receita com prestação de serviços de educação básica é composta dos cursos de idiomas e cursos preparatórios. Seu reconhecimento é realizado pelo prazo de duração dos mesmos. **2.22. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem, principalmente: • Receita de juros sobre mensalidades dos alunos; • Despesa de juros proveniente de debentures contraídos; • Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Juros sobre mútuo a receber de controladas; • Atualização de obrigações por aquisições de controladas; • Despesas de atualização monetária de contingências e dos passivos assumidos na combinação de negócios. São reconhecidas conforme a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Adicionalmente, são reconhecidas por meio do método de juros efetivos. **2.23. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração, no mercado primário ou, na sua falta, no mais vantajoso mercado ao qual a Companhia tenha acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete seu risco de não desempenho, o que inclui, entre outros, o risco de crédito do próprio negócio. Se não houver preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em consideração ao precificar uma transação. Se um ativo ou passivo mensurado pelo valor justo tiver um preço de compra e venda, o Grupo mede os ativos com base nos preços de compra e no passivo com base nos preços de venda. Um mercado é considerado ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrerem com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre preços continuamente. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contraprestação dada ou recebida. Se o Negócio determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico ou por uma técnica de avaliação para a qual qualquer valor não observável. Como os dados são considerados insignificantes em relação à mensuração, o instrumento financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Essa diferença é subsequentemente reconhecida na demonstração combinada do resultado ou outro resultado abrangente de forma adequada ao longo da vida útil do instrumento, ou até o momento em que sua avaliação seja totalmente suportada por dados observáveis de mercado ou a transação seja fechada, o que ocorrer primeiro. Para fornecer uma indicação sobre a confiabilidade dos dados utilizados na determinação do valor justo, a Companhia classificou seus instrumentos financeiros de acordo com os julgamentos e estimativas dos dados observáveis, tanto quanto possível. A hierarquia do valor justo baseia-se no grau em que o valor justo é observável usado nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de insumos que não os preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, e; • Nível 3: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para o ativo ou passivo que não são baseadas em dados observáveis de mercado (entradas não observáveis). **2.24. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023 e novas normas e interpretações ainda não efetivas:** O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **2.24.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: a)** Alterações ao CPC 26/IAS 1 e *IFRS Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements,* no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis do Grupo (nota explicativa 2), mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras do Grupo. **b)** Alterações ao CPC 23/IAS 8 - Definição de estimativas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. **c)** Alterações ao CPC 32/IAS 12 - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos de uma simples transação: As alterações ao IAS 12 *Income Tax* (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. **d)** CPC 50/IFRS 17 - Contratos de seguros: Este pronunciamento substituirá a norma atualmente vigente CPC 11/IFRS 4, após processo de revisão da norma internacional realizado pelo IASB. O objetivo do CPC 50 - Contratos de seguro é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. Este pronunciamento é aplicável e se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. **2.24.2. Novas normas ainda não efetivas:** As seguintes normas entrarão em vigor em exercício posterior à emissão das Demonstrações Financeiras: O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras. a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1): As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado nas notas explicativas 2.15 e 20, o Grupo tem um empréstimo bancário e debentures com garantia parcialmente que estão sujeitos a *covenants* específicos. Embora ambos os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos *covenants* específicos, pode exigir que o Grupo liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. b) Alterações do IFRS 16 - Arrendamentos: As mudanças, emitidas em setembro de 2022, preveem a adição de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (*leaseback*), após a data inicial da transação. Em resumo, o vendedor-arrendatário não deve reconhecer nenhum ganho ou perda referente ao direito de uso retido por ele. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1° de janeiro de 2024. Concluiu-se que não haverá impactos com a aplicação desta regulamentação. c) CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado): As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. d) Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21): A Administração está em avaliação de possíveis impactos, sendo que até o momento não houve nenhum indício de necessidade de algum reconhecimento ou divulgação adicional. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adota estimativas e julgamentos contábeis, os quais são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis e relevantes para as circunstâncias. Com base nestas premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro e que podem resultar diferentes aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco material, com probabilidades de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir: **3.1. Julgamentos: a) Determinação do período de locação:** As controladas da Companhia possuem contratos de locação onde atuam como locatárias dos imóveis que são utilizados para realização das aulas presenciais (relacionados as operações do Ensino Superior). Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer uma opção de prorrogação. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) só são incluídas no prazo do arrendamento se for razoavelmente certo dessa opção ser exercida (ou o contrato não ser rescindido). Para as locações de prédios os seguintes fatores normalmente são os mais relevantes: (i) Se houver penalidades significativas por rescisão (ou não prorrogação), a Companhia está razoavelmente certa de prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento. (ii) Se houver benfeitorias no arrendamento com saldos residuais significativos, a Companhia está razoavelmente certa de estender (ou não rescindir) o arrendamento. (iii) Além disso, a Companhia considera outros fatores, incluindo práticas históricas relacionadas ao uso de categorias específicas de ativos (arrendados ou próprios), bem como a duração histórica dos arrendamentos e os custos necessários para substituir o ativo arrendado. **3.2. Estimativas: a) Avaliação da existência de perda por redução ao valor recuperável ("*impairment*") nos ágios:** Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas ("*impairment*") no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa 2.10 e 14 (b). Os valores recuperáveis de UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. A Companhia revisou suas premissas do modelo de longo prazo utilizado no cálculo do teste de *impairment* para o exercício de 2023. Os novos critérios adotados foram apreciados e aprovados pela Administração, assim como as taxas utilizadas. Os cálculos e o teste de *impairment*, em si, foram elaborados pela administração, seguindo as normativas contábeis. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - "*Liability Method*") de contabilização do imposto de renda e contribuição social diferido é usado para as diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas para determinação dos ativos fiscais diferidos. Maiores detalhes estão apresentados na nota explicativa 23. **c) Provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis:** O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos e constitui provisão para todos os processos judiciais cuja expectativa de perdas seja provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos internos e externos do Grupo e de suas controladas, além do histórico de provisionamento dos processos encerrados nos últimos 12 meses ("ticket médio"), para os processos de natureza cível. Adicionalmente o Grupo também constitui provisão para os processos judiciais com expectativa de perda possível decorrente as combinações de negócios, conforme descrito nas notas 2.14 e 21. A Administração acredita que essa provisão é suficiente e está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras. **d) Provisão para perda esperada de contas a receber:** Conforme descrito na nota explicativa 2.7, a Companhia efetua análises das contas a receber de mensalidades e outras operações, considerando os riscos envolvidos, e registra provisão para cobrir potenciais perdas na sua realização, conforme apresentado na nota explicativa 9 (c). **e) Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos:** Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. **f) Alocação de preço de aquisição - Combinação de negócios e tratamento contábil dos compromissos assumidos para aquisição de participação remanescentes de não controladores:** Durante o processo de alocação do preço de aquisição em uma combinação de negócios, a administração utiliza premissas (taxa de crescimento, projeções, taxa de desconto, vida útil, entre outros) as quais envolvem um nível significativo de estimas e julgamentos. **4. Reorganização societária:** Ao longo do ano de 2022, o Grupo Cogna realizou diversas reestruturações societárias internas com o intuito de segregar as operações referentes aos cursos de Ensino Superior das áreas de saúde e medicina do Grupo Cogna. Por meio destas operações determinadas unidades da Controlada PSES - Pitágoras Sistema de Ensino Sociedade foram migradas para a sociedade Orme Serviços Educacionais, e em paralelo, a sociedade PSES incorporou unidades cindidas de Anhanguera Educacional Participações S.A. (AESAPAR) e de Editora e Distribuidora Educacional S.A. (EDE), bem como a sociedade Bacabal Mearim Sistemas de Ensino Ltda. (FEBAC) - anteriormente controlada por AESAPAR. No mesmo período, a Companhia sofreu redução em seu capital social no montante de R$ 485.473, cedendo por meio desta operação 100% de sua participação na controlada PSES - Pitágoras Sistema de Ensino Sociedade à sua Controladora Cogna Educação S.A., o que impactou, por consequência, os saldos de seu consolidado. As movimentações foram demonstradas abaixo: Em continuidade ao planejamento anterior, durante o exercício de 2023 a Companhia realizou as seguintes operações: (i) Em março de 2023 a controladora EDE incorporou integralmente suas controladas Eduquer, Cesupar, Cepar, Cemar, União, Unic e Unime Salvador, além de 2 unidades da controlada ORME (São Luis e Guarapari). Estas incorporações não tiveram efeito nas demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que eram entidades controladas da EDE. (ii) Em agosto de 2023, a coligada SABER realizou reestruturações societárias e de capital com intuito de uma melhor segregação de suas operações e alocação de caixa, cedendo por meio dessas operações 100% de sua participação na controlada Stoodi Ensino e Treinamento à Distância S.A. ("Stoodi"), a COGNA e EDE. O investimento da EDE foi impactado em R$ 81.156, sendo R$ 47.452 pela redução de capital na Saber com R$ 17.643 liquidado (em caixa) e R$ 29.809 a liquidar e, R$ 33.704 em investimentos da Saber na Stoodi.

continua

D4Sign b59fbb6c-511b-4407-8b74-1535a6eaf72a - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

continuação

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A. E CONTROLADAS - CNPJ nº 38.733.648/0001-40

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

(iii) Em agosto de 2023, a Stoodi também foi incorporada pela EDE. As movimentações foram demonstradas abaixo:

	INCORPORADAS										Controladora		Consolidado
	EDUQUER	*CESUPAR*	*CEPAR*	*CEMAR*	*UNIÃO*	*UNIC*	*UNIME SALVADOR*	*ORME*	*Total Controladas diretas (i)*	Redução de Capital SABER (ii)	Incorporação de Stoodi (iii)	Efeito total em EDE Controladora (i), (ii) e (iii)	Efeito total em EDE Consolidado (ii) e (iii)
Ativo circulante													
Caixa e equivalentes de caixa	62	3.117	17.480	15.709	52.991	49.917	3.652	–	142.927	17.643	5.002	165.572	22.645
Contas a receber	111	314	1.272	1.310	23.424	55.490	17.076	59.477	158.474	–	–	158.474	–
Estoques	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2	2	2
Tributos a recuperar	2	331	1.580	1.246	3.359	9.614	2.623	–	18.754	–	351	19.105	351
Adiantamentos	–	5	1	4	34	–	15	9	67	–	749	816	749
Despesas antecipadas	–	–	–	–	113	348	–	–	461	–	–	461	–
Partes relacionadas	–	3	1	456	14.405	15.424	43	–	30.331	29.809	4.198	64.338	34.007
Outros créditos	111	(4)	125	–	128	7	–	–	367	–	1.509	1.876	1.509
Total ativo circulante	**285**	**3.766**	**20.459**	**18.725**	**94.454**	**130.799**	**23.409**	**59.486**	**351.382**	**47.452**	**11.811**	**410.645**	**59.263**
Ativo não circulante													
Contas a receber	–	56	360	478	3.988	7.097	3.631	14.010	29.620	–	–	29.620	–
Tributos diferidos	2	–	–	–	38.284	31.904	20.073	46.807	137.070	–	–	137.070	–
Tributos a recuperar	–	–	–	–	–	12	–	–	12	–	297	309	297
Créditos judiciais	–	–	26	–	571	114	125	–	836	–	3	839	3
Garantia de contingências	–	1.227	2.689	4.667	–	–	3	–	8.585	–	–	8.585	–
Investimentos	–	–	–	–	–	(3.163)	–	–	(547.792)	(47.452)	(33.704)	(628.948)	(81.156)
Imobilizado	–	2.069	1.937	2.105	20.505	56.254	6.563	4.342	93.774	–	692	94.466	692
Direito de uso (IFRS-16)	–	3.220	4.256	11.742	24.427	70.575	47.797	1.299	163.315	–	–	163.315	–
Intangível	–	12	112	57	440	60.578	119	77	92.752	–	27.146	119.898	27.146
Outros créditos	–	–	–	–	–	787	199	–	987	–	–	987	–
Total ativo não circulante	**2**	**6.583**	**9.380**	**19.050**	**88.215**	**224.158**	**78.509**	**66.535**	**(20.841)**	**(47.452)**	**(5.566)**	**(73.859)**	**(53.018)**
Total do ativo	**287**	**10.348**	**29.839**	**37.774**	**182.670**	**354.957**	**101.919**	**126.021**	**330.541**	**–**	**6.245**	**336.786**	**6.245**
Passivo circulante													
Arrendamento mercantil	–	96	129	354	2.653	5.654	3.017	310	12.213	–	–	12.213	–
Fornecedores	10	257	195	281	3.123	9.936	1.692	26	15.521	–	885	16.406	885
Obrigações trabalhistas	1	79	455	464	3.551	4.604	1.975	1.613	12.741	–	2.503	15.244	2.503
Provisões e obrigações tributárias	13	532	1.424	1.163	5.607	3.171	(109)	125	11.925	–	1.048	12.973	1.048
Partes relacionadas	31	427	170	1.422	3.630	9.484	43.965	–	59.128	–	5	59.133	5
Demais passivos	–	98	327	446	(266)	5.341	1.794	634	8.373	–	–	8.373	–
Total passivo circulante	**54**	**1.489**	**2.699**	**4.129**	**18.299**	**38.190**	**52.334**	**2.708**	**119.901**	**–**	**4.441**	**124.342**	**4.441**
Passivo não circulante													
Arrendamento mercantil	–	3.498	4.653	12.792	32.794	76.924	51.602	1.224	183.487	–	–	183.487	–
Tributos diferidos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.795	1.795	1.795
Contingências	–	1.603	3.521	6.187	10.824	3.633	1.145	240	27.153	–	9	27.162	9
Demais passivos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Total passivo não circulante	**–**	**5.101**	**8.174**	**18.979**	**43.618**	**80.557**	**52.747**	**1.464**	**210.640**	**–**	**1.804**	**212.444**	**1.804**
Total do passivo	**54**	**6.590**	**10.873**	**23.108**	**61.917**	**118.747**	**105.081**	**4.172**	**330.541**	**–**	**6.245**	**336.786**	**6.245**
Capital social	–	1.029	4.710	12.730	145.209	210.685	15.917	121.720	–	–	–	–	–
Lucros acumulados	233	2.729	14.256	1.937	(24.456)	25.525	(19.080)	129	–	–	–	–	–
Total do patrimônio líquido	**233**	**3.758**	**18.966**	**14.666**	**120.753**	**236.210**	**(3.163)**	**121.849**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**

5. Combinação de negócios e aquisição de participações societárias: 5.1. Centro Avançado de Ensino Ltda. ("CAdE"): A Companhia, através de sua controlada Editora e Distribuidora Educacional S.A. ("EDE"), realizou a aquisição de 100% da participação societária no capital social da empresa Centro Avançado de Ensino Ltda. ("CAdE") em 18 de agosto de 2023. O CAdE é uma Sociedade que atua no mercado de Educação Básica - de Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e Ensino Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), na forma presencial e na modalidade a distância. O valor total da operação foi de R$ 9.451, sendo: (i) R$ 3.257 à vista; (ii) R$ 1.000 em duas parcelas anuais de mesmo valor e; (iii) parcela variável no valor de R$ 5.194 será paga entre 2025 e 2028, sendo calculada conforme o número de alunos do CAdE que concluírem o Ensino Fundamental ou Médio na modalidade de EJA entre 1º de janeiro de 2024 e 30 de junho de 2026 nas unidades em que houver polo autorizado e/ou credenciado por meio do credenciamento da Sociedade. As parcelas são corrigidas pelo IPCA. A tabela a seguir apresenta os ativos identificáveis líquidos adquiridos e os passivos assumidos para combinação de negócios em 2023, sendo o valor justo dos intangíveis de licenças apurado em bases provisórias:

	CAdE
Ativo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	10
Contas a receber	276
Total ativo circulante	**286**
Ativo não circulante	
Contas a receber	77
Intangíveis	9.303
Licença MEC (i)	*9.303*
Total ativo não circulante	**9.380**
Total do ativo	**9.666**
Passivo circulante	
Obrigações trabalhistas	62
Total passivo circulante	**62**
Passivo não circulante	
Demais contas a pagar	153
Total passivo circulante	**153**
Total do passivo	**215**
Total dos ativos identificáveis, líquido	**9.451**

Metodologia de mensuração do valor justo: (i) Como resultado da alocação do preço de compra, a Companhia identificou R$ 9.303 em licenças MEC com base na avaliação foi feita pelo método *With and Without*, considerando uma taxa de desconto de 18,5%.

6. Gestão de riscos financeiros: 6.1 Considerações gerais e políticas: A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definições estratégicas ou através da implementação de sistemas de controle, sendo definidas pelo Conselho de Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros é apresentada e avaliada mensalmente pelo Comitê de Tesouraria da Companhia e posteriormente submetida à apreciação dos Comitês de Auditoria e Executivo e do Conselho de Administração. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado. Para fornecer uma indicação sobre a confiabilidade dos dados utilizados na determinação do valor justo, a Companhia classificou seus instrumentos financeiros de acordo com os julgamentos e estimativas dos dados observáveis, tanto quanto possível. A hierarquia do valor justo baseia-se no grau em que o valor justo é observável usado nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de insumos que não os preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e • Nível 3: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para o ativo ou passivo que não são baseadas em dados observáveis de mercado (entradas não observáveis). Apresentamos a seguir a hierarquia dos instrumentos financeiros registrados nos saldos patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2023. A Companhia não divulgou os valores justos dos instrumentos financeiros porque seus valores contábeis se aproximam do valor justo.

Hierarquia do valor justo Nível:		Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo - Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		6.936	4.653	7.769	5.319
Contas a receber		506.238	297.108	772.637	798.243
Outros créditos		65.300	43.316	78.314	61.860
Partes relacionadas - outros		612.210	403.124	546.156	298.821
		1.190.684	**748.201**	**1.404.876**	**1.164.243**
Ativo - Valor justo por meio do resultado					
Títulos e valores mobiliários	2	235.741	251.646	248.877	412.942
		235.741	**251.646**	**248.877**	**412.942**
Passivo - Custo amortizado					
Debêntures		173.142	231.984	173.142	231.984
Fornecedores		131.152	120.512	141.863	144.097
Fornecedores risco sacado		4.582	12.104	4.582	12.298
Contas a pagar - aquisições		19.138	18.579	12.118	18.579
Demais contas a pagar		12.237	12.145	44.538	51.114
Debêntures a receber de partes relacionadas		665.424	822.942	665.424	822.942
Partes relacionadas - outros		292.035	377.150	378.433	472.939
		1.297.710	**1.595.416**	**1.420.100**	**1.753.953**
Passivo - Valor justo por meio do resultado					
Contas a pagar - aquisições	3	–	–	7.020	–
		–	**–**	**7.020**	**–**

Medições de valor justo - Nível 3: a. Técnicas de avaliação e dados não observáveis significativos: A tabela a seguir mostra as técnicas de avaliação utilizadas na mensuração dos valores justos de nível 3, assim como os dados não observáveis significativos utilizados:

Entidades	Técnica de avaliação	Entradas não observáveis significativas	Inter-relação entre os principais dados não observáveis e a mensuração do valor justo
CAdE	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos que se espera que sejam gerados pela operação (receita líquida).	1. Conclusão do EJA, serão apurados os alunos que concluírem o EJA (Ensino Fundamental e/ou Médio) em todo o território nacional, entre 1 de janeiro de 2024 e 30 de junho de 2026, podendo ser alterado para 1 de julho 2025 a 31 dezembro 2026 se menos de 60% dos polos oferecerem EJA no primeiro período de apuração. R$80 por aluno certificado, limitado a 100 alunos por polo e por período de apuração.	O valor justo estimado aumentaria (diminuiria) se: - A quantidade de alunos concluindo o EJA aumentar (diminuir) dentro do período de apuração.

b. Reconciliação com os saldos finais: A tabela a seguir apresenta as mudanças durante o período na mensuração dos valores justos de nível 3:

	31/12/2022	Adições	Juros	Pagamentos	Transferências nível 2	31/12/2023
CAdE	–	7.020	–	–	–	7.020
Total Contas a pagar - aquisições	**–**	**7.020**	**–**	**–**	**–**	**7.020**

Os ativos e passivos financeiros da Companhia estão registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis àqueles praticados no mercado. **6.2 Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia estão expostas a riscos financeiros de mercado, de crédito e de liquidez. A Administração da Companhia e o Conselho de Administração supervisionam a gestão desses riscos em alinhamento com os objetivos na gestão de capital: **a) Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia e suas controladas não realizaram qualquer operação com derivativos durante o ano de 2023. **b) Risco de mercado - risco de fluxo de caixa associado à taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a debêntures captados no mercado e contas a pagar a terceiros por aquisições parceladas. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de gerenciar o saldo de caixa e os passivos financeiros vinculados à essas taxas. Os instrumentos financeiros da Companhia com exposição ao risco de flutuações nas taxas de juros atrelados ao CDI, bem como as taxas de juros contratadas estão demonstradas a seguir:

			Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	Taxa de Juros
Debêntures	173.142	231.984	CDI + 2,75% a.a.
Contas a pagar por aquisições	19.138	18.579	CDI
Debêntures a receber de partes relacionadas	665.424	822.942	CDI
Partes relacionadas - outros	378.433	472.939	CDI
Total	**1.236.137**	**1.546.444**	

c) Risco de crédito: É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação as contas a receber) e de financiamento (relativos a FIES, PEP e PMT), incluindo depósitos em bancos, títulos e valores mobiliários, além de outros instrumentos financeiros. A Companhia mantém provisões adequadas no balanço para fazer face a esses riscos: Contas a receber - Ensino Superior: A política de vendas do Grupo acompanha o risco inerente a seu segmento de atuação e é limitado pelas regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A legislação permite a não renovação da matrícula do aluno em caso de inadimplência para o semestre seguinte, fazendo com que o mesmo negocie seus débitos com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. Apresentamos a seguir a política aplicada para os produtos ofertados: **FIES**: Para os alunos contemplados pelo Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, a Companhia tem parte substancial dos créditos garantidos pelo Fundo de Garantia das Operações de Crédito Educativo ("FGEDUC"). Para a parcela de crédito não garantida pelo programa, a Companhia estima o potencial de inadimplência e constitui a respectiva provisão. **PEP**: A partir de 2015, a Companhia ofereceu ao aluno um produto de Parcelamento Estudantil Privado (PEP) - com o objetivo principal de ofertar uma alternativa de pagamento para o aluno que não obteve o FIES. O produto tem como objetivo financiar parte do curso, de 70% a 50% do valor da mensalidade, com atualização do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), a serem pagos com o mesmo prazo de duração do curso escolhido, após sua conclusão. A partir de 2018, para os novos ingressantes (exceto na Faculdade Anhanguera), a Companhia realizou uma alteração no vencimento das parcelas financiadas, estabelecendo que o prazo de pagamento da parte parcelada do primeiro semestre em que o aluno optou por esse produto seria transferida para o semestre subsequente. Dessa forma, no segundo semestre, o aluno pagaria as parcelas financiadas no primeiro semestre e novas receitas com vencimentos nos semestres seguintes, sendo reconhecidas como receitas de parcelamento privado. As contas a receber de longo prazo dos alunos beneficiados pelo PEP são ajustadas a valor presente. Adicionalmente, a partir do primeiro semestre a Companhia decidiu não mais ofertar o produto PEP para novos ingressantes. **PMT**: A partir do segundo semestre de 2016, a Companhia ofereceu ao aluno um produto de Parcelamento de Matrícula Tardia (PMT) - com o objetivo principal de viabilizar a captação de calouros com matrícula tardia. Esse conceito aplicava-se aos alunos que ainda não tinham efetivado suas matrículas, pois ingressaram após o início das aulas, mas em tempo hábil para completar a carga horária mínima do semestre. Inicialmente, o plano ofertava ao aluno a condição de pagamento destas parcelas iniciais do semestre nos meses subsequentes a sua formatura. No segundo semestre de 2021, a Companhia procedeu com uma mudança na oferta desse produto, considerando que nas novas captações de alunos as mensalidades postergadas serão diluídas ao longo do curso e não mais pagas apenas posteriormente a formatura. As contas a receber de clientes são compostas principalmente por clientes pessoa física, vinculados à prestação de serviços de graduação e negociações de dívida. O risco desse grupo é administrado conforme *aging* do vencimento dos títulos de dívidas de cada aluno. Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro: A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a instrumentos financeiros e depósitos em bancos e aplicações financeiras realizando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e de acordo com limites previamente estabelecidos na política da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa 7)	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
AAA (i)	61	169	79	410
AA (ii)	1.867	355	2.401	217
Não aplicável	5.008	4.129	5.289	4.692
	6.936	**4.653**	**7.769**	**5.319**
Títulos e valores mobiliários (nota explicativa 8)				
AAA (i)	235.741	170.688	248.877	331.984
AA (ii)	–	80.958	–	80.958
	235.741	**251.646**	**248.877**	**412.942**

(i) Uma vez que o Santander Brasil não é avaliado pela Fitch, foi utilizado o *rating* da agência *Standard & Poor's*, para classificação das aplicações emitidas pela instituição financeira no montante de R$ 177.780, sendo totalmente alocados em títulos e valores mobiliários. (ii) As aplicações em títulos do Tesouro Nacional são classificadas pelo rating Brasil considerando a escala global que é de BB-, sendo que na correspondência de rating em escala global e local essa classificação é alocada em AA. **d) Risco de liquidez:** Consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas é realizado de forma centralizada pelo departamento de finanças do Grupo, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez das entidades para assegurar que tenham caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. O Grupo também monitora constantemente o saldo de caixa e o nível de endividamento das empresas e implementa medidas para que as empresas recebam eventuais aportes de capital e/ou acessem o mercado de capitais quando necessário, e para que se mantenham dentro dos limites de créditos existentes. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas de indicadores de liquidez do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias. O excesso de caixa mantido pelas entidades, além do saldo exigido para administração do capital circulante é, também, gerido de forma centralizada pelo Grupo. A tesouraria investe o excesso de caixa em depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente, de modo a manter a Companhia com volume apropriado de recursos para manter suas operações. Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se as debêntures contratadas e contas a pagar a fornecedores, além de contas a pagar por aquisições. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações do Grupo. Na tabela a seguir estão analisados os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente do título ou do passivo.

Passivos financeiros por faixa de vencimento:

			Consolidado	
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	141.863	–	–	141.863
Fornecedores - risco sacado	4.582	–	–	4.582
Debêntures	63.759	54.630	54.753	173.142
Contas a pagar por aquisições	4.211	7.738	7.189	19.138
Debêntures a receber de partes relacionadas	16.127	–	649.297	665.424
Partes relacionadas - outros	378.433	–	–	378.433
	608.975	**62.368**	**711.239**	**1.382.582**

Passivos financeiros por faixa de vencimento - Projetado[i]

			Consolidado	
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	141.863	–	–	141.863
Fornecedores - risco sacado	4.950	–	–	4.950
Debêntures	72.109	61.785	61.924	195.818
Contas a pagar - aquisições	4.763	8.751	8.131	21.645
Debêntures a receber de partes relacionadas	18.239	–	734.335	752.574
Partes relacionadas - outros	427.996	–	–	427.996
	669.920	**70.536**	**804.390**	**1.544.846**

(i) Considera o cenário base mais provável em um horizonte de 12 meses. Taxas projetadas: CDI - 13,10% ao ano. **6.3 Gestão de capital:** O principal objetivo da gestão de capital da Companhia é salvaguardar sua capacidade de continuidade, oferecer bons retornos aos acionistas e confiabilidade às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital com foco na redução do custo financeiro, maximizando o retorno ao acionista. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos e de devolução de capital aos acionistas ou ainda emitir novas ações ou recomprar ações. A Companhia apresenta estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento, seja organicamente ou por meio de aquisições. As decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado. Assim sendo, apresentamos a seguir os índices de alavancagem financeira:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures, contas a pagar por aquisições, fornecedores risco sacado, debêntures de partes relacionadas e outras partes relacionadas	(1.236.137)	(1.546.444)
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	256.646	418.261
Caixa líquido	**(979.491)**	**(1.128.183)**
Patrimônio líquido	2.693.650	2.490.237
Índice de alavancagem financeira	**36,36%**	**45,30%**

6.4 Análise de sensibilidade: A seguir apresentamos um quadro demonstrativo com a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que demonstra os riscos que podem gerar prejuízos relevantes à Companhia, segundo a avaliação feita pela Administração, considerando, para um período como cenário base mais provável em um horizonte de 12 meses, a taxa projetada: CDI - 13,10% ao ano. Adicionalmente, demonstramos cenários com 15% e 30% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente.

				Consolidado	
	Exposição	Risco	Cenário provável	Cenário possível -15%	Cenário remoto -30%
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	256.646	Alta CDI	33.613	38.655	43.696
Debêntures e contas a pagar atreladas ao CDI	(1.236.137)	Alta CDI	(161.896)	(186.180)	(210.464)
	(979.491)		**(128.283)**	**(147.525)**	**(166.768)**

Fonte: IPCA do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, e CDI conforme taxas referenciais B3 S.A., ambos disponibilizados nos websites das respectivas instituições.

7. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
Caixa	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Conta corrente	6.936	4.653	7.769	5.319
	6.936	**4.653**	**7.769**	**5.319**

8. Títulos e valores mobiliários:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
LTN - Letras do Tesouro Nacional	–	–	–	20.170
LF - Letras Financeiras	177.787	129.513	186.494	156.294
LFT - Letra Financeira do Tesouro	57.954	106.628	62.383	220.973
NTN - Nota do Tesouro Nacional	–	15.505	–	15.505
	235.741	**251.646**	**248.877**	**412.942**
Circulante	189.701	210.330	202.837	371.626
Não Circulante	46.040	41.316	46.040	41.316
	235.741	**251.646**	**248.877**	**412.942**

Os títulos e valores mobiliários possuem rentabilidade média bruta de 101,8% do CDI (103,32% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

continua

D4Sign b59fbb6c-511b-4407-8b74-1535a6eaf72a - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

continuação

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A. E CONTROLADAS - CNPJ nº 38.733.648/0001-40

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

9. Contas a receber: a) Composição:

	Controladora - 31/12/2023			
	Contas a receber	Perda esperada	Ajuste a valor presente	Contas a receber líquido
Parcelamento Privado (PEP/PMT)	1.294.775	(980.153)	(27.663)	286.959
PEP	941.221	(704.365)	(19.737)	217.119
PMT	353.554	(275.788)	(7.926)	69.840
Kroton sem parcelamento privado	588.090	(368.729)	(82)	219.279
Pagante	502.452	(291.833)	(82)	210.537
FIES (Parcelamento Público)	85.638	(76.896)	–	8.742
Kroton	1.882.865	(1.348.882)	(27.745)	506.238
Total	**1.882.865**	**(1.348.882)**	**(27.745)**	**506.238**
Total sem parcelamento privado e cartão de crédito	588.090	(368.729)	(82)	219.279
Ativo circulante				496.963
Ativo não circulante				9.275
				506.238

	Controladora - 31/12/2022			
	Contas a receber	Perda esperada	Ajuste a valor presente	Contas a receber líquido
Parcelamento Privado (PEP/PMT)	709.076	(626.737)	(14.622)	67.717
PEP	502.247	(431.100)	(11.660)	59.487
PMT	206.829	(195.637)	(2.962)	8.230
Kroton sem parcelamento privado	493.192	(267.134)	(22)	226.036
Pagante	421.139	(213.687)	(22)	207.430
FIES (Parcelamento Público)	72.053	(53.447)	–	18.606
Kroton	1.202.268	(893.871)	(14.644)	293.753
Cartão de crédito (i)	2.854	–	–	2.854
Outros	358	143	–	501
Total	**1.205.480**	**(893.728)**	**(14.644)**	**297.108**
Total sem parcelamento privado e cartão de crédito	493.550	(266.991)	(22)	226.537
Ativo circulante				277.852
Ativo não circulante				19.256
				297.108

(i) Valores a receber decorrentes das vendas a prazo, realizadas por meio de cartão de crédito, provenientes de pagamentos dos serviços prestados e produtos vendidos pela Companhia.

	Consolidado - 31/12/2023			
	Contas a receber	Perda esperada	Ajuste a valor presente	Contas a receber líquido
Parcelamento Privado (PEP/PMT)	1.721.103	(1.141.341)	(37.122)	542.640
PEP	1.266.318	(823.651)	(27.928)	414.739
PMT	454.785	(317.690)	(9.194)	127.901
Kroton sem parcelamento privado	660.190	(430.011)	(182)	229.997
Pagante	542.740	(323.249)	(182)	219.309
FIES (Parcelamento Público)	117.450	(106.762)	–	10.688
Kroton	2.381.293	(1.571.352)	(37.304)	772.637
Total	**2.381.293**	**(1.571.352)**	**(37.304)**	**772.637**
Total sem parcelamento privado e cartão de crédito	660.190	(430.011)	(182)	229.997
Ativo circulante				725.175
Ativo não circulante				47.462
				772.637

	Consolidado 31/12/2022			
	Contas a receber	Perda esperada	Ajuste a valor presente	Contas a receber líquido
Parcelamento Privado (PEP/PMT)	1.703.646	(1.169.510)	(33.857)	500.279
PEP	1.280.999	(840.215)	(28.166)	412.618
PMT	422.647	(329.295)	(5.691)	87.661
Kroton sem parcelamento privado	694.065	(399.823)	(86)	294.156
Pagante	567.160	(301.617)	(86)	265.457
FIES (Parcelamento Público)	126.905	(98.206)	–	28.699
Kroton	2.397.711	(1.569.333)	(33.943)	794.435
Cartão de crédito	3.307	–	–	3.307
Outros	356	145	–	501
Total	**2.401.374**	**(1.569.188)**	**(33.943)**	**798.243**
Total sem parcelamento privado e cartão de crédito	694.421	(399.678)	(86)	294.657
Ativo circulante				685.435
Ativo não circulante				112.808
				798.243

b) Análise dos vencimentos das contas a receber *(aging list)*:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Valores a vencer	**756.676**	**993.497**
Vencidos		
Até 30 dias	149.050	94.078
Entre 31 e 60 dias	68.703	71.107
Entre 61 e 90 dias	59.316	65.185
Entre 91 e 180 dias	120.902	155.678
Entre 181 e 365 dias	234.509	205.990
Acima de 365 dias	992.137	815.839
Total vencidos	**1.624.617**	**1.407.877**
Provisão para perda esperada	(1.571.352)	(1.569.188)
Ajuste a valor presente	(37.304)	(33.943)
	772.637	**798.243**

Kroton - alunos pagantes:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Saldo total	%	Saldo total	%
Valores a vencer	**189.517**	**35%**	**170.277**	**30%**
Vencidos				
Até 30 dias	65.950	12%	67.464	12%
Entre 31 e 60 dias	53.377	10%	57.115	10%
Entre 61 e 90 dias	44.838	8%	53.757	9%
Entre 91 e 180 dias	66.423	12%	82.931	15%
Entre 181 e 360 dias	122.453	23%	132.624	23%
Acima de 365 dias(i)	–	–	2.906	1%
Total vencidos	**353.041**	**65%**	**396.797**	**70%**
Contas a receber bruto Pagante (–) AVP	**542.558**	**100%**	**567.074**	**100%**
(–) Saldo de PCLD	**(323.249)**		**(301.617)**	
Contas a receber líquido Pagante	**219.309**		**265.457**	
Percentual de PCLD/CR bruto)	***-59,6%***		***53,2%***	

(i) Considera as contas a receber do aluno em seu maior atraso (efeito arrastro por CPF do aluno), isto é, a soma dos títulos que tem vencimento em até 365 dias, mas que devido a ter algum título do aluno com data de vencimento superior e que já foi baixado para perda, passa a ter provisionamento de PCLD de 100%. **c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) e baixas: Mensalidades:** A Companhia constitui mensalmente a provisão para perda de crédito com liquidação duvidosa analisando os valores de recebíveis constituídos a cada mês (no período de 12 meses), e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando sua "*performance*" de recuperação. Nessa metodologia, para cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda estimada levando em conta informações atuais e históricas de inadimplência de cada produto. Especificamente para o produto Kroton Pagante, a metodologia de cálculo considera a probabilidade de perda na visão aluno, o qual considera todas as contas a receber em sua data de vencimento mais antiga, e as provisiona de acordo com o perfil de risco, definido por histórico de *default*, informações acadêmicas e dados financeiros, tais como, total da dívida, histórico de renegociação, entre outros. Cabe ressaltar que a Companhia considera a expectativa de entrada de caixa esperada para seus acordos sobre títulos renegociados. Parcelamento Privado: A perda esperada para os valores a receber do PEP e PMT é calculada principalmente com base na média entre i) expectativa de evasão e seu índice de inadimplência e ii) expectativa de alunos formados e evadidos, e seu índice de inadimplência. **Movimentação dos créditos de liquidação duvidosa:** As movimentações das provisões para créditos de liquidação duvidosa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**(893.728)**	**(1.045.461)**	**(1.569.188)**	**(1.834.779)**
Reorganização societária	(361.819)	–	(178.980)	–
Baixa contra contas a receber	103.760	280.051	410.547	533.540
Constituição	(197.095)	(128.318)	(233.731)	(267.949)
Saldo final	**(1.348.882)**	**(893.728)**	**(1.571.352)**	**(1.569.188)**

Quando o atraso atinge uma faixa de vencimento superior a 365 dias o título é baixado. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos e renegociações são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua realização. **d) Parcelamento Privado (PEP/PMT):** O saldo de contas a receber do Parcelamento Privado (PEP/PMT) é composto pelos recebíveis dos produtos de parcelamento oferecidos no ensino Presencial da Kroton, que é segregado em dois principais produtos: i) Parcelamento Estudantil Privado (PEP). Este produto tem por objetivo viabilizar o acesso à educação de alunos que apesar de dependerem de financiamento estudantil não possuem acesso ao mesmo. Nessa modalidade, o aluno pagaria aproximadamente metade das mensalidades do curso após formado, com expectativa de encerrar os pagamentos no dobro do prazo de duração do curso. A partir do ciclo 2021 a Companhia decidiu não mais ofertar o produto PEP para novos ingressantes; ii) Parcelamento de Matrícula Tardia (PMT). Este produto é oferecido somente no semestre de ingresso dos alunos e tem por objetivo facilitar o pagamento para alunos que ingressam no meio do ciclo semestral. Ao invés de se cobrar as mensalidades acumuladas desde o primeiro mês do semestre até o mês de ingresso do aluno, inicialmente o aluno pagaria apenas uma mensalidade e teria as demais postergadas para pagamento após a formatura. No segundo semestre de 2021 a Companhia alterou a oferta desse produto onde, para os novos ingressantes, as mensalidades objeto desse produto serão diluídas ao longo do curso e não mais pagas apenas após a formatura. **Expectativa de Recuperação do PEP e PMT:** A perda esperada para os valores a receber do PEP e PMT é calculada principalmente com base na média entre i) expectativa de evasão e seu índice de inadimplência e ii) expectativa de alunos formados e evadidos, e seu índice de inadimplência. A projeção de perdas futuras calculada pela Companhia representa na data de sua mensuração a melhor estimativa da administração quanto à futura inadimplência, considerando dados históricos de recebimento para as turmas PEP e PMT evadidas e formadas, ajustadas pelas condições atuais de mercado, economia e percentual de estimativa de recuperação futura. **10. Imposto de renda e contribuição social a recuperar:** A Companhia possui valores de imposto de renda e contribuição social a recuperar relativos a antecipações de recolhimentos, além dos impostos retidos sobre aplicações financeiras, e notas fiscais de fornecedores, os quais poderão ser utilizados para compensar qualquer tributo federal administrado pela Receita Federal do Brasil. Em 31 de dezembro de 2023, o montante desses valores relativos ao imposto de renda e contribuição social a recuperar foi de R$ 19.234 na controladora (R$ 9.925 em 31 de dezembro de 2022), e R$ 20.467 no consolidado (R$ 27.696 em 31 de dezembro de 2022).

11. Outros créditos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas antecipadas (i)	973	319	5.033	5.562
Crédito com ex-proprietários de adquiridas (ii)	14.197	16.647	20.811	23.357
INSS rescisões (iii)	10.718	9.731	12.769	12.769
Venda de imóveis (iv)	19.118	4.870	19.118	8.408
Contas a receber - direito de uso	11.834	11.749	11.834	11.764
Outros	8.460	–	8.749	–
Total	**65.300**	**43.316**	**78.314**	**61.860**
Circulante	27.778	22.455	38.741	35.735
Não circulante	37.522	20.861	39.573	26.125
	65.300	**43.316**	**78.314**	**61.860**

(i) Composto por: R$ 4.060 relativo à diferimento de receita no ganho de capital em operação de *lease back* pelo prazo do contrato de locação, e R$ 973 por valores menores pulverizados. (ii) Composto por: R$ 13.390 referente a confissão de dívida da unidade SOCE LINHARES, R$ 4.895 referente a processos judiciais referente a FABRAI, R$ 1.719 referente a processo trabalhista SEBH-PRAETORIUM e R$ 808 por valores menores pulverizados. (iii) Composto principalmente por INSS a recuperar originado de decisões positivas judiciais sobre verbas rescisórias. (iv) Composto principalmente por: R$ 19.100 referente saldo a receber pela venda de imóvel em São Luiz do Maranhão e R$ 18 por valores menores pulverizados. Foi recebido o montante de R$ 4.870 na controladora e R$ 8.389 no consolidado em 31 de dezembro de 2023.

12. Investimentos: (a) Composição dos investimentos em controladas diretas e coligadas:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Aesapar - Anhanguera Educacional Participações S.A.	128.856	268.209
CAdE - Centro Avançado de Ensino Ltda.	374	–
Cemar - Centro de Ensino Superior de Maraba Ltda.	–	14.318
Cepar - Centro de Ensino Superior de Parauapebas Ltda.	–	18.521
Cesupar - Centro de Ensino Superior de Paragominas Ltda.	–	4.129
Eduquer Serviços Educacionais Ltda. (*)	–	326
Platos Soluções Educacionais S.A.	16.095	11.154
Projecta - Projecta Educacional	6.240	5.789
Saber - Saber Serviços Educacionais S.A.	273.997	196.898
Orme - Orme Serviços Educacionais	129.613	316.565
União - União de Ensino Unopar	–	120.266
Unic Educacional - Unic Educacional	–	240.406
Subtotal	**555.175**	**1.196.581**
Ágio, inclusive alocado da Anhanguera	9.304	32.003
Total	**564.479**	**1.228.584**

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Aesapar - Anhanguera Educacional Participações S.A.	128.856	268.209
Saber - Saber Serviços Educacionais S.A.	273.997	196.898
Total Consolidado	**402.853**	**465.107**

(b) Informação sobre as controladas diretas:

						31/12/2023
	Participação no Patrimônio líquido	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Lucro/ Prejuízo do exercício
Projecta	99,99%	10.234.275	6.762	521	6.241	452
Saber	37,96%	373.581.423	1.444.572	722.767	721.805	339.110
Orme	99,99%	466.825.943.590	736.440	606.827	129.613	(109.920)
Aesapar	15,45%	998.392.008	3.734.661	2.900.705	833.956	(1.085.372)
Unic Educacional	0,00%	–	–	–	–	(4.191)
União	0,00%	–	–	–	–	488
Cemar	0,00%	–	–	–	–	348
Cepar	0,00%	–	–	–	–	445
Cesupar	0,00%	–	–	–	–	(371)
Platos	68,07%	58.587.252	35.295	11.650	23.645	(11.246)
Eduquer	0,00%	–	–	–	–	(14)
CAdE	99,99%	638.184	424	50	374	(252)
			5.958.154	**4.242.520**	**1.715.634**	**(870.523)**

						31/12/2022
	Participação no Patrimônio líquido	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Lucro/ Prejuízo do exercício
Projecta	99,99%	10.234.275	7.094	1.305	5.789	365
Saber	37,96%	487.374.171	1.430.812	912.113	518.699	52.190
Orme	99,99%	543.545.830	907.062	590.681	316.381	(21.452)
Unic Educacional	99,99%	210.684.858	355.304	114.899	240.406	(6.175)
União	99,99%	145.209.401	183.179	62.912	120.266	1.667
Cemar	99,99%	12.729.511	35.123	20.805	14.318	1.307
Cepar	99,99%	4.710.159	32.151	13.630	18.521	4.314
Cesupar	99,99%	1.029.207	9.866	5.737	4.129	(625)
Pses	0,00%	–	–	–	–	–
Aesapar	15,45%	943.483.397	4.445.036	2.709.045	1.735.991	(581.268)
Platos	68,07%	45.587.162	22.888	6.510	16.378	(12.940)
Eduquer	99,99%	93.700	367	41	326	6
			7.428.882	**4.437.678**	**2.991.204**	**(562.611)**

(c) Movimentação dos investimentos em controladas:

Controladora

Investimento	31/12/2022	Aumento de capital	Reorganização societária (nota 4)	Equivalência patrimonial	Plano de ações (RSU)	Outros	Juros sobre capital próprio	Aquisições	31/12/2023
Projecta - Projecta Educacional	5.789	–	–	452	–	(1)	–	–	6.240
Orme - Orme Serviços Educacionais	316.565	45.000	(121.849)	(109.920)	–	(183)	–	–	129.613
União - União de Ensino Unopar	120.266	–	(120.753)	488	–	(1)	–	–	–
Unic Educacional - Unic Educacional	240.406	–	(236.210)	(4.191)	–	(5)	–	–	–
Cemar - Centro de Ensino Superior de Maraba Ltda.	14.318	–	(14.666)	348	–	–	–	–	–
Cepar - Centro de Ensino Superior de Parauapebas Ltda.	18.521	–	(18.966)	445	–	–	–	–	–
Cesupar - Centro de Ensino Superior de Paragominas Ltda.	4.129	–	(3.758)	(371)	–	–	–	–	–
Eduquer Serviços Educacionais Ltda. (*)	326	–	(233)	(14)	–	(79)	–	–	–
Platos Soluções Educacionais S.A.	11.154	12.253	–	(7.655)	74	269	–	–	16.095
CAdE - Centro Avançado de Ensino Ltda.	–	478	–	(252)	–	–	–	148	374
Ágio e mais-valias	32.003	–	(31.357)	(645)	–	–	–	9.303	9.304
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (controladas)	**763.477**	**57.731**	**(547.792)**	**(121.315)**	**74**	**–**	**–**	**9.451**	**161.626**
Coligada - Aesapar	268.209	27.892	–	(167.703)	790	(332)	–	–	128.856
Coligada - Saber	196.898	37.960	(81.156)	128.726	2.772	(778)	(10.425)	–	273.997
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (coligadas)	**465.107**	**65.852**	**(81.156)**	**(38.977)**	**3.562**	**(1.110)**	**(10.425)**	**–**	**402.853**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.228.584**	**123.583**	**(628.948)**	**(160.292)**	**3.636**	**(1.110)**	**(10.425)**	**9.451**	**564.479**

(d) Informação sobre as controladas indiretas:

						31/12/2023
	Participação no Patrimônio líquido	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Lucro/Prejuízo do exercício
Iuni Educacional - Unime Salvador	0%	–	–	–	–	(2.379)

13. Imobilizado:

Controladora

	Equipamentos de informática	Móveis, equipamentos e utensílios	Biblioteca	Edificações e benfeitorias	Imobilizado em andamento	Terrenos	Direito de uso (IFRS-16)	Total
Saldos em 31 em dezembro de 2021	**17.926**	**96.013**	**17.690**	**304.982**	**17.996**	**43.944**	**693.449**	**1.192.000**
Adições	762	155	4	–	23.182	–	82.253	106.356
Baixa	(331)	(3.947)	(526)	(7.314)	(352)	–	(10.977)	(23.447)
Baixas por reorganização societária	(1.167)	(11.051)	(3.063)	(37.904)	(2.457)	(7.606)	(84.823)	(148.071)
Depreciações	(8.711)	(13.433)	(3.970)	(21.851)	–	–	(47.944)	(95.909)
Transferências	–	–	–	10.692	(10.692)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**8.479**	**67.737**	**10.135**	**248.605**	**27.677**	**36.338**	**631.958**	**1.030.929**
Taxa média anual de depreciação 2022	25%	10%	10%	5%	0%	0%	5%	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**8.479**	**67.737**	**10.135**	**248.605**	**27.677**	**36.338**	**631.958**	**1.030.929**
Adições	9.921	7.622	223	7.017	–	–	37.570	62.353
Adição por reorganização societária (nota 4)	2.475	28.267	5.015	58.710	–	–	163.315	257.782
Baixas	(62)	(527)	(19)	(3.135)	(368)	(25.166)	(3.176)	(32.453)
Depreciações	(9.123)	(14.433)	(3.448)	(21.585)	–	–	(64.063)	(112.652)
Transferências	–	–	–	24.161	(24.161)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**11.690**	**88.666**	**11.906**	**313.773**	**3.148**	**11.172**	**765.604**	**1.205.959**
Taxa média anual de depreciação 2023	25%	10%	10%	5%	0%	0%	5%	
Saldos em 31 de dezembro de 2023								
Custo	69.411	201.458	62.320	470.269	3.148	11.172	1.068.536	1.886.314
Depreciação acumulada	(57.721)	(112.792)	(50.414)	(156.496)	–	–	(302.932)	(680.355)

Consolidado

	Equipamentos de informática	Móveis, equipamentos e utensílios	Biblioteca	Edificações e benfeitorias	Imobilizado em andamento	Terrenos	Direito de uso (IFRS-16)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**25.795**	**161.379**	**34.378**	**442.500**	**30.130**	**48.947**	**1.147.515**	**1.890.644**
Adições	764	1.432	356	12	38.798	–	171.136	212.498
Baixas	(333)	(3.947)	(527)	(8.617)	(375)	–	(20.479)	(34.278)
Baixa por reorganização societária	(1.806)	(20.402)	(4.516)	(49.911)	(8.270)	(12.609)	(120.583)	(218.097)
Depreciações	(12.464)	(24.100)	(7.748)	(33.342)	–	–	(102.813)	(180.467)
Transferências	–	–	–	21.080	(21.080)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**11.956**	**114.362**	**21.943**	**371.722**	**39.203**	**36.338**	**1.074.776**	**1.670.300**
Taxa média anual de depreciação 2022	25%	10%	10%	5%	0%	0%	5%	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**11.956**	**114.362**	**21.943**	**371.722**	**39.203**	**36.338**	**1.074.776**	**1.670.300**
Adições	10.862	14.984	453	7.618	–	–	64.233	98.150
Adição por reorganização societária (nota 4)	315	377	–	–	–	–	–	692
Baixas	(62)	(549)	(19)	(3.260)	(2.155)	(25.166)	(3.176)	(34.387)
Depreciações	(9.886)	(18.190)	(4.801)	(25.925)	–	–	(93.946)	(152.748)
Transferências	–	–	–	33.811	(33.811)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**13.185**	**110.984**	**17.576**	**383.966**	**3.237**	**11.172**	**1.041.887**	**1.582.007**
Taxa média anual de depreciação 2023	25%	10%	10%	5%	0%	0%	5%	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023								
Custo	79.167	252.219	81.733	592.051	3.237	11.172	1.391.321	2.410.900
Depreciação acumulada	(65.982)	(141.235)	(64.157)	(208.085)	–	–	(349.434)	(828.893)

continua

D4Sign b59fbb6c-511b-4407-8b74-1535a6eaf72a - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

continuação

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A. E CONTROLADAS - CNPJ nº 38.733.648/0001-40

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

14. Intangível:

						Controladora
	Softwares	**Produção de conteúdo**	**Licença de operação**	**Ágios e intangíveis alocados**	**Outros intangíveis**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**312.149**	**10.293**	**1.803**	**1.760.153**	**5.588**	**2.089.986**
Adições	54.694	18.358	1.545	–	573	75.170
Baixas	–	–	–	–	(573)	(573)
Baixa por reorganização societária	(1.916)	(23)	(111)	(271.195)	–	(273.245)
Amortizações	(102.591)	(10.374)	(1.130)	–	(1.604)	(115.699)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**262.336**	**18.254**	**2.107**	**1.488.958**	**3.984**	**1.775.639**
Taxa média anual de amortização 2022	20%	27%	33%	5%	20%	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**262.336**	**18.254**	**2.107**	**1.488.958**	**3.984**	**1.775.639**
Adições	56.894	13.643	522	–	–	71.059
Adição por reorganização societária (nota 4)	23.991	3.938	314	91.653	2	119.898
Baixas	–	–	(32)	–	–	(32)
Amortizações	(93.190)	(7.706)	(1.110)	(1.992)	(1.527)	(105.525)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**250.031**	**28.129**	**1.801**	**1.578.619**	**2.459**	**1.861.039**
Taxa média anual de amortização 2023	20%	27%	33%	5%	0%	
Saldos em 31 de dezembro de 2023:						
Custo	769.276	84.250	7.816	1.732.419	9.942	2.603.703
Amortização acumulada	(519.245)	(56.121)	(6.015)	(153.800)	(7.483)	(742.664)

						Consolidado
	Softwares	**Produção de conteúdo**	**Licença de operação**	**Ágios e intangíveis alocados**	**Outros intangíveis**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**328.918**	**12.085**	**3.084**	**1.855.020**	**5.588**	**2.204.695**
Adições	57.230	27.099	2.026	–	573	86.928
Baixas	–	–	–	–	(299)	(299)
Baixa por reorganização societária	(1.774)	(950)	(457)	(269.588)	–	(272.769)
Amortizações	(106.492)	(12.839)	(1.713)	(4.189)	(1.879)	(127.112)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**277.882**	**25.395**	**2.940**	**1.581.243**	**3.983**	**1.891.443**
Taxa média anual de amortização	20%	27%	33%	5%	20%	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**277.882**	**25.395**	**2.940**	**1.581.243**	**3.983**	**1.891.443**
Adições	68.594	18.685	671	–	–	87.950
Adição por combinação de negócio (i)	–	–	–	9.303	–	9.303
Adição por reorganização societária (nota 4)	23.307	3.837	–	–	2	27.146
Baixas	–	–	(32)	–	–	(32)
Amortizações	(96.795)	(10.832)	(1.375)	(2.624)	(1.527)	(113.153)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**272.988**	**37.085**	**2.204**	**1.587.922**	**2.458**	**1.902.657**
Taxa média anual de amortização	20%	27%	33%	5%	0%	
Saldos em 31 de dezembro de 2023:						
Custo	805.513	103.354	10.666	1.741.722	9.941	2.671.196
Amortização acumulada	(532.525)	(66.269)	(8.462)	(153.800)	(7.483)	(768.539)

(i) As adições ocorridas em 2023 estão relacionadas à aquisição da empresa CAdE, as quais estão apresentadas com maior detalhamento na nota explicativa 5. **a) Ágio gerado em aquisição de controladas e intangíveis alocados em combinação de negócios:** Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, o ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e passivos é classificado no ativo intangível. Parte do valor pago na aquisição das controladas foi alocado a ativos intangíveis identificáveis e de vida útil definida e indefinida após análise dos ativos adquiridos.

	Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**
"*Goodwill*" (i)	1.396.023	1.396.023
Licença de operação e rede parceira de polo (ii)	191.825	185.146
Carteira de clientes (iii)	74	74
	1.587.922	**1.581.243**

(i) Refere-se ao ágio gerado por aquisições de controladas, classificado como decorrente de expectativa de rentabilidade futura. Não possui vida útil definida e está sujeito a testes anuais de *impairment*. (ii) Refere-se às licenças para operação de ensino presencial e à distância e à rede parceira de polos de ensino à distância. Não possui vida útil definida e está sujeita a testes anuais de recuperação. (iii) Ativo intangível com vida útil estimada entre 3 e 14 anos. **b) Testes do ágio para verificação de "*impairment*" por modalidade:** A Companhia avalia no mínimo anualmente a recuperabilidade de seus ativos, ou quando existir indicativo de alguma desvalorização. O teste de *impairment* compara o fluxo de caixa descontado para um cenário de 8 anos, mais perpetuidade versus o valor do ativo, pois a Companhia entende que esse é o tempo de maturação de uma nova unidade geradora de caixa O teste considerou a data-base de 30 de junho de 2023 em suas projeções, não ocorrendo uma variação significativa de suas premissas para 31 de dezembro de 2023. A seguir apresentamos a alocação do ágio e intangíveis alocados por nível de unidade geradora de caixa:

	Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Kroton Ex-Med	1.587.922	1.581.243
	1.587.922	**1.581.243**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia avaliou eventos ocorridos em suas unidades geradoras de caixa que pudessem afetar sua expectativa de recuperação dos ativos não financeiros, sendo que, após essa avaliação, não foi verificada necessidade de reconhecimento de perda nas unidades geradoras de caixa. **As seguintes premissas de crescimento foram utilizadas nos cálculos:**

Kroton Ex-Med

1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 5,15% (anteriormente apresentado 4,74%) e taxa de desconto aplicada (WACC) de 13,61% (anteriormente apresentado 13,41%).
2. Crescimento no ticket médio de calouros presencial alinhado com a expectativa de inflação a partir de 2026 e meia inflação no EAD. O ticket médio de veteranos apresenta um crescimento de 2% acima da inflação (anteriormente 3%), conforme já praticado.
3. Crescimento na receita com CAGR de 8% entre 2024 e 2031 (anteriormente 9%), e no EBITDA ajustado com CAGR de 2024 a 2031 de 12% (anteriormente 16%).

15. Debêntures:

(a) Composição:

				Controladora		Consolidado	
	Remuneração	**Emissão**	**Vencimento**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
EDE 4ª emissão série única (i)	CDI + 2,75% a.a.	27/08/2018	15/08/2026	173.142	231.984	173.142	231.984
Total				**173.142**	**231.984**	**173.142**	**231.984**
Circulante				63.759	67.971	63.759	67.971
Não circulante				109.383	164.013	109.383	164.013
				173.142	**231.984**	**173.142**	**231.984**

(i) Em 13 de agosto de 2021 foi realizado aditamento do contrato das debêntures emitidas pela Companhia, sendo que em virtude dessa renegociação o prazo de vencimento da parcela final foi prorrogado para 15 de agosto de 2026.

(b) Movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2022**	**31/12/2022**	**31/12/2022**
Saldo inicial	231.984	225.634	231.984	225.634
Juros provisionados	31.084	32.834	31.084	32.834
Apropriação dos custos	370	807	370	807
Pagamento de juros	(35.296)	(27.291)	(35.296)	(27.291)
Pagamento de principal	(55.000)	–	(55.000)	–
Saldo final	**173.142**	**231.984**	**173.142**	**231.984**

(c) Índices de desempenho compromissados: Emissão "EDE" (cálculos trimestrais): As debêntures emitidas pela controladora Cogna e pelas controladas EDE e AESAPAR requerem a manutenção de índices financeiros "*covenants*", os quais são apurados trimestralmente, com base nas informações intermediárias e nas demonstrações consolidadas da Companhia. O período de apuração compreende, onde é necessário para o cálculo e como determinado na escritura, os 12 meses imediatamente anteriores ao encerramento de cada trimestre e o cálculo é o quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado, sendo que o valor resultante não deve ser superior a 3,00. Esse índice não pode ser superado em 2 trimestres consecutivos ou em 3 trimestres alternados no prazo de vigência do contrato, o que não ocorreu até 31 de dezembro de 2023. O conceito de EBITDA ajustado significa, com base nas informações trimestrais (ITR) ou demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, conforme o caso, ao resultado obtido nos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração (conceito dos últimos 12 meses), deduzido do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro e do resultado de itens não recorrentes, adicionada a receita financeira operacional. O índice financeiro relativo ao cálculo do quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado atingiu o resultado de 1,83, dentro das condições estabelecidas às cláusulas contratuais financeiras acima mencionadas. **(d) Cronograma de amortização:**

				Consolidado	
		31/12/2023		**31/12/2022**	
	Vencimento	**Total**	**Total**	**Total**	**%**
Total passivo circulante	em até um ano	63.759	36,8	67.971	29,3
		63.759	**36,8**	**67.971**	**29,3**
	um a dois anos	54.630	31,6	54.630	23,5
	dois a três anos	54.753	31,6	54.630	23,5
	três a quatro anos	–	–	54.753	23,6
Total passivo não circulante		**109.383**	**63,2**	**164.013**	**70,7**
		173.142	**100,0**	**231.984**	**100,0**

16. Arrendamento por direito de uso: (a) Movimentação:

	Controladora	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Saldo inicial	**754.091**	845.377
Adições	7.285	549
Atualizações	30.286	81.704
Cancelamentos	(3.403)	(22.242)
Pagamento de juros	(90.318)	(68.038)
Ajuste a valor presente (i)	90.789	75.293
Pagamento de principal	(46.774)	(33.923)
Reorganização societária	195.700	(124.629)
Saldo final	**937.656**	**754.091**
Circulante	54.241	35.465
Não circulante	883.415	718.626
	937.656	**754.091**

	Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Saldo inicial	**1.265.326**	**1.356.665**
Adições	7.285	549
Atualizações	56.949	170.587
Cancelamentos	(3.403)	(29.222)
Pagamento de juros	(125.556)	(142.675)
Ajuste a valor presente (i)	127.086	148.316
Pagamento de principal	(68.462)	(69.255)
Reorganização societária	–	(169.639)
Saldo final	**1.259.225**	**1.265.326**
Circulante	74.013	63.603
Não circulante	1.185.212	1.201.723
	1.259.225	**1.265.326**

(i) O ajuste a valor presente dos contratos de arrendamento por direito de uso é calculado individualmente e aplicado para a vida útil do contrato, considerando seu prazo de vencimento. A taxa é calculada pelo custo de capital menos o impacto estimado pela garantia na taxa. Além dos valores apresentados acima, alguns dos arrendamentos de imóveis em que a Companhia e suas controladas são arrendatários contêm termos de pagamento variáveis que estão vinculados ao desempenho do uso do ativo subjacente, e, portanto, não estão incluídos na mensuração nos saldos contábeis. De acordo com as escrituras de debêntures, as operações de arrendamento do Grupo não têm qualquer impacto nos cálculos dos índices financeiros (*covenants*) das debêntures. **(b) Itens não aplicáveis ao escopo do CPC 06 (R2)/IFRS 16:** Conforme facultado no CPC 06 (R2)/IFRS 16, arrendamentos de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores pessoais e móveis de escritório), manterão o reconhecimento de suas despesas de arrendamento em bases lineares nas demonstrações do resultado do exercício e com isso não serão incluídos ao passivo de arrendamento. Apresentamos a seguir estes efeitos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Pagamentos fixos	194.018	211.930
Pagamentos variáveis	–	3.015
Pagamentos relacionados a contratos de curto prazo e de baixo valor	2.850	5.301
Total pago	**196.868**	**220.246**

(c) Compromissos futuros: Os saldos de arrendamento a pagar relacionados aos "compromissos futuros" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão apresentados a seguir:

			Consolidado			Consolidado
	IFRS 16	**(–) AVP**	**31/12/2023**	**IFRS 16**	**(–) AVP**	**31/12/2022**
Até um ano	195.120	(121.107)	74.013	185.575	(121.972)	63.603
Um ano até cinco anos	939.931	(482.937)	456.994	937.632	(542.848)	394.784
Mais de cinco anos	1.298.338	(570.120)	728.218	1.357.307	(550.368)	806.939
	2.433.389	**(1.174.164)**	**1.259.225**	**2.480.514**	**(1.215.188)**	**1.265.326**

(d) Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019: O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

		31/12/2023
		Consolidado
Fluxos de Caixa	**Nominal**	**Ajustado a valor presente**
Contraprestação a pagar	2.433.389	(1.174.164)
PIS/COFINS potencial (3,65%)	88.572	(42.783)
	2.521.961	**(1.216.947)**

17. Fornecedores - risco sacado: Alguns fornecedores nacionais têm a opção de ceder recebíveis da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras de primeira linha. Através dessas operações, os fornecedores podem antecipar seus recebimentos com custos financeiros reduzidos, pois as instituições financeiras levam em consideração o risco de crédito da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo dos fornecedores risco sacado foi de R$ 4.582 (R$ R$ 12.298 em 31 de dezembro de 2022), as taxas de desconto das operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras tiveram média ponderada de 1,05% a.m. (em 31 de dezembro de 2022, a média ponderada foi de 1,27% a.m.) e prazo máximo de pagamento de 360 dias. O saldo é inicialmente conhecido líquido dos ajustes a valor presente, os quais são subsequentemente reconhecidos como despesa financeira. **18. Obrigações trabalhistas:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Salários a pagar	19.081	11.704	23.072	18.995
INSS a recolher	8.282	6.077	10.239	9.630
FGTS a recolher	2.681	1.955	3.458	2.822
IRRF a recolher	6.114	4.736	7.487	6.963
Provisão de férias	13.349	8.803	16.398	14.277
Encargos sobre provisões	5.531	3.584	6.959	5.632
Provisão de participação dos lucros	17.389	21.587	20.284	27.744
Outros	1.942	1.362	2.313	3.688
	74.369	**59.808**	**90.210**	**89.751**

19. Tributos a pagar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
ISS	10.605	8.767	10.647	11.323
PIS	135	35	366	212
COFINS	643	1.384	1.053	2.758
IRRF	927	4.666	947	6.396
CSLL	–	48	–	53
Demais	1.985	5.102	2.305	8.021
	14.295	**20.002**	**15.318**	**28.763**

20. Contas a pagar - aquisições:

	Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Metropolitana	12.702	18.579
CAdE	6.436	–
Total	**19.138**	**18.579**
Circulante	4.211	6.466
Não circulante	14.927	12.113
	19.138	**18.579**

A seguir apresentamos as movimentações ocorridas na rubrica de contas a pagar em aquisições:

	Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Saldo inicial	18.579	23.411
Adição (i)	9.451	–
Atualização de juros	709	1.086
Baixas	–	(3)
Ajuste a valor presente	637	684
Pagamentos parcelados	(6.981)	–
Pagamentos à vista	(3.257)	(6.599)
Saldo final	**19.138**	**18.579**

(i) As adições ocorridas em 2023 estão relacionadas a aquisição da empresa CAdE, a qual está apresentada com maior detalhamento na nota explicativa 5. Abaixo apresentamos o cronograma de amortização das contas a pagar por aquisições:

				Consolidado	
		31/12/2023		**31/12/2022**	
	Vencimento	**Total**	**%**	**Total**	**%**
	em até um ano	4.211	22,0	6.466	34,8
Total passivo circulante		**4.211**	**22,0**	**6.466**	**34,8**
	um a dois anos	7.738	40,4	5.941	32,0
	dois a três anos	–	0,0	6.172	33,2
	três a quatro anos	1.659	8,7	–	0,0
	quatro anos em diante	5.530	28,9	–	0,0
Total passivo não circulante		**14.927**	**78,0**	**12.113**	**65,2**
Total		**19.138**	**100,0**	**18.579**	**100,0**

21. Provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis e passivos assumidos na combinação de negócios: A Companhia está envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, relacionados a processos tributários, trabalhistas e cíveis, além de passivos contingentes adquiridos em combinações de negócios. A classificação do risco de perda é realizada com base na opinião dos assessores jurídicos. Adicionalmente, a Administração da Companhia entende que as provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis são suficientes para cobrir eventuais perdas em processos administrativos e judiciais. **21.1 Saldos e movimentação dos processos com expectativa de perda provável:** No quadro abaixo demonstramos a movimentação de contingências para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

					Consolidado
	Tributárias	**Cíveis**	**Trabalhistas**	**Passivos assumidos em combinação de negócios (i)**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**40.451**	**36.203**	**51.155**	**13.476**	**141.285**
Reorganização societária	–	9	–	–	9
Adições	405	27.344	26.050	–	53.799
Atualização monetária	(112)	4.278	4.262	(2.482)	5.946
Reversões	(1.126)	(20.525)	(12.043)	–	(33.694)
Total efeito resultado	**(833)**	**11.097**	**18.269**	**(2.482)**	**26.051**
Pagamentos	(429)	(17.626)	(20.477)	–	(38.532)
Ex-mantenedor (com garantia)	146	(18)	(49)	(10.994)	(10.915)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**39.335**	**29.665**	**48.898**	**–**	**117.898**

(i) Os montantes aqui apresentados estão relacionados a discussões de práticas adotadas em controladas adquiridas pela Companhia, nas esferas tributária, cível e trabalhista, nos períodos em que essas pertenciam aos seus antigos proprietários. As reversões ocorridas no período são decorrentes do período prescrito e encerramento dos processos.

Reconciliação dos efeitos com impacto ao resultado da Companhia:

					Consolidado
	Tributárias	**Cíveis**	**Trabalhistas**	**Passivos assumidos em combinação de negócios (i)**	**Total**
Despesas gerais e administrativas	721	(6.819)	(14.007)	–	(20.105)
Despesas financeiras	112	(4.278)	(4.262)	2.482	(5.946)
	833	(11.097)	(18.269)	2.482	(26.051)

21.2 Principais processos prováveis por natureza: Apresentamos a seguir os principais processos, por natureza, com classificação de perda provável e que compõem o saldo em aberto na data das demonstrações financeiras, sendo que parte dessas contingências são de responsabilidade dos ex-mantenedores/proprietário: **Processos de natureza tributária:** A Companhia possui contingência de natureza tributária provisionada referente a Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), no montante de R$ 39.335 (R$ 40.451 em 31 de dezembro de 2022). **Processos de natureza cível:** Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados nos últimos 12 meses. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação da administração da perda efetuada, com auxílio dos seus pelos assessores jurídicos. A Companhia possui em 31 de dezembro de 2023, 7.025 processos de natureza cível (8.695 em 31 de dezembro de 2022), que totalizam o montante de R$ 29.665 (R$ 36.203 em 31 de dezembro de 2022). **Processos de natureza trabalhista:** A Companhia possui em 31 de dezembro de 2023, 275 processos de natureza trabalhista (287 em 31 de dezembro de 2022), que totalizam o montante de R$ 48.898 (R$ 51.155 em 31 de dezembro de 2022). As demandas trabalhistas, em geral, possuem como objeto pedidos variados, principalmente relacionados ao pagamento de horas extras, diferenças salariais, dentre outras verbas trabalhistas, e pedidos de empresas de terceirização de mão de obra, em que a responsabilidade da Companhia é apenas subsidiária. **21.3 Processos com expectativa de perdas possíveis:** O quadro a seguir considera todas as contingências possíveis da Companhia:

				Consolidado
	31/12/2023	**31/12/2022**	**Quantidade 31/12/2023**	**Quantidade 31/12/2022**
Tributárias	583.598	547.690	139	141
Cíveis	76.055	73.435	291	331
Trabalhistas	84.483	74.610	241	361
Total	**744.136**	**695.735**	**671**	**833**

A Companhia e suas controladoras possuíam em 31 de dezembro de 2023, 671 demandas judiciais e administrativas classificadas pela Administração como risco de perda possível com base na opinião de seus assessores legais, sendo 102 processos de responsabilidade parcial e/ou integral dos ex-mantenedores/vendedores de sociedades adquiridas pela Companhia. A seguir destacamos as principais: **(i) Tributárias:** • Ações fiscais ajuizadas pela União Federal com a finalidade de cobrança de dívida ativa tributária oriunda de contribuições previdenciárias de uma empresa incorporada pela controlada Editora e Distribuidora Educacional S/A, no período em que pertencia a ex-mantenedor. Os processos fiscais relacionados a esse objeto totalizam R$ 140.675 (R$ 140.119 em 31 de dezembro de 2022); • Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em face da controlada Editora e Distribuidora Educacional S/A (EDE) relativo à contribuição previdenciária sobre o Plano de Participação nos Lucros e Resultados. A autuação tem o valor de R$ 92.341 (R$ 85.061 em 31 de dezembro de 2022); • Autuação fiscal lavrada pela Secretaria Receita Federal do Brasil em face de empresa incorporada pela controlada Editora e Distribuidora Educacional, relacionado a não dedutibilidade da despesa no Imposto de Renda de Pessoa Jurídica de plano de Participação nos Lucros e Resultados, no montante de R$85.532 (R$ 78.256 em 31 de dezembro de 2022); • A Companhia ainda é parte em 124 processos que totalizam o montante de R$ 265.050 (R$ 244.254 em 31 de dezembro de 2022). As demandas são principalmente relacionadas a tributos diversos.

continua

D4Sign b59fbb6c-511b-4407-8b74-1535a6eaf72a - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

continuação

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A. E CONTROLADAS - CNPJ nº 38.733.648/0001-40

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

(ii) Cíveis: • Ação monitoria referente a execução de obras nas unidades de São Luis, Maranhão e outras Unidades, alegando ter realizado cerca de 80% dos serviços contratados sem recebimento. A responsabilidade desta contingência é da companhia, no valor de R$ 13.292 (R$ 6.208 em 31 de dezembro de 2022); • A Companhia ainda é parte em 290 processos, com valor médio de R$ 216, e que totalizam o montante de R$ 62.763 (R$ 67.228 em 31 de dezembro de 2022). As demandas são principalmente relacionadas a pedidos de natureza consumerista. **(iii) Trabalhistas:** • Reclamação trabalhista em face da Companhia, tendo como pedido a indenização de verbas rescisórias e demais verbas trabalhistas, no valor de R$ 6.858 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2022). • A Companhia ainda é parte em 240 processos, com valor médio de R$ 323, e que totalizam o montante de R$ 77.625 (R$ 70.385 em 31 de dezembro de 2022). As demandas são principalmente relacionadas a pedidos de horas extras, diferenças salariais, dentre outras verbas trabalhistas.

22. Depósitos judiciais e garantias de provisão para contingências tributárias trabalhistas e cíveis: 22.1 Depósitos judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	10.002	9.508	10.003	9.562
Cíveis	437	1.181	483	1.244
Trabalhistas	2.563	2.987	2.920	3.796
Total	**13.002**	**13.676**	**13.406**	**14.602**

22.2 Garantias de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis (i): Abaixo a composição dos processos judiciais/administrativos provisionados, cuja responsabilidade é garantida contratualmente pelo ex-mantenedor:

				Consolidado
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**10.241**	**35**	**1.551**	**11.827**
Adição	–	1	39	40
Atualização monetária	–	(3)	27	24
Reversões	(10.214)	(6)	(759)	(10.979)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**27**	**27**	**858**	**912**

(i) As garantias constituídas em razão das aquisições, em contrapartida de contingências mencionadas na nota explicativa 21.1, estão previstas contratualmente e são compostas por: a) retenção de aluguéis de imóveis locados por subsidiárias da Companhia; b) retenção de parte do preço de aquisição; e c) hipoteca de imóvel pertencente aos vendedores.

23. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: 23.1 Imposto de renda e contribuição social no resultado: O imposto de renda e a contribuição social provisionados no exercício diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais definidas pela legislação, aplicável ao lucro das entidades consolidadas. Apresentamos, portanto, a seguir, conciliação destes valores principais adições e/ou exclusões realizadas nas bases fiscais, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social do exercício	248.407	225.374	269.107	220.380
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL às alíquotas nominais	**(84.458)**	**(76.627)**	**(91.496)**	**(74.929)**
Equivalência patrimonial	(54.499)	(17.209)	(13.252)	(23.808)
Incentivo fiscal em controladas sujeitas ao benefício ProUni	119.034	62.310	119.088	85.347
Adições (exclusões) líquidas sem a constituição de diferido	28.362	(172)	41.407	(1.514)
Diferença de alíquota de lucro presumido de controlada	–	–	(10)	–
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre o prejuízo do exercício de controladas	–	–	–	(5.647)
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre o prejuízo do exercício (i)	(17.388)	–	(88.756)	–
IRPJ e CSLL demais movimentações	222	(5.555)	–	(3.762)
Total IRPJ e CSLL	**(8.727)**	**(37.253)**	**(33.019)**	**(24.313)**
IRPJ e CSLL correntes no resultado	–	(81)	(1.606)	(11.265)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado	(8.727)	(37.172)	(31.413)	(13.048)
	(8.727)	**(37.253)**	**(33.019)**	**(24.313)**

(i) Os valores apresentados na Consolidada referem-se principalmente a baixa do IR Diferido sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais da controlada Orme em razão da falta de perspectiva de recuperação desses saldos contra resultados futuros. Não há perda dos direitos sobre os benefícios fiscais das diferenças temporárias, mas a falta da perspectiva da provável recuperação desses benefícios em futuro previsível demanda a baixa contábil desses ativos. **23.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos:** A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos é demonstrado conforme segue:

					Controladora
	31/12/2022	Outros ajustes	Reorganização societária	Efeitos no resultado	31/12/2023
Imposto de renda/Contribuição Social:					
Prejuízos fiscais/Base negativa CSLL	41.026	–	137.070	(139.557)	38.539
Diferenças temporárias do lucro real					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	247.454	(1.797)	_	168.074	413.731
Ajuste a valor presente	6.248	–	–	2.531	8.779
Provisão de contingências	21.105	–	–	1.561	22.666
Depreciação e custo de empréstimo	(8.740)	–	–	16.854	8.114
Provisões não dedutíveis	8.564	–	–	(7.246)	1.318
Participação nos lucros e resultado	705	–	–	(705)	–
Plano de opção de ações	34.863	–	–	(4.579)	30.284
Arrendamento por direito de uso	61.093	–	–	(6.619)	54.474
Ágio sobre combinação de negócios	(399.178)	–	–	(47.122)	(446.300)
Alienação	(7.541)	–	–	7.541	–
Outros Ajustes	(540)	–	–	540	–
Passivo não circulante líquido	**5.059**	**(1.797)**	**137.070**	**(8.727)**	**131.605**
Ativo não circulante	5.599				139.874
(–) Passivo não circulante	(540)				(8.269)
Total	**5.059**				**131.605**

				Consolidado
	31/12/2022	Outros ajustes	Efeitos no resultado	31/12/2023
Imposto de renda/Contribuição Social:				
Prejuízos fiscais/Base negativa CSLL	69.596	–	(2.051)	67.545
Diferenças temporárias do lucro real				
Provisão para perda esperada	383.118	(1.795)	(10.935)	370.388
Ajuste a valor presente	11.226	–	1.354	12.580
Provisão de contingências	28.401	–	2.459	30.860
Depreciação e custo de empréstimo	(8.965)	–	3.834	(5.131)
Provisões não dedutíveis	63.034	–	467	63.501
Participação nos lucros e resultado	–	–	3.936	3.936
Arrendamento por direito de uso	35.740	–	17.084	52.824
Ágio sobre combinação de negócios	(416.854)	–	(47.561)	(464.415)
Outros ajustes	(540)	–	–	(540)
Ativo (passivo) não circulante líquido	**164.756**	**(1.795)**	**(31.413)**	**131.548**
Ativo não circulante	165.353			139.874
(–) Passivo não circulante	(597)			(8.326)
Total	**164.756**			**131.548**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são provenientes de ativos intangíveis decorrentes de aquisições e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são provenientes de prejuízos fiscais e saldos de adições ao Lucro Real de exercícios anteriores e atual. **23.3 Incentivos fiscais:** O ProUni estabelece por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados tributos federais a instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda, matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica. As entidades de ensino superior controladas da Companhia estão inseridas nesse programa. O valor dos benefícios fiscais em virtude do ProUni apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, incluindo PIS e COFINS, é de R$190.410 (R$ 170.157 em 31 de dezembro de 2022).

24. Patrimônio líquido: 24.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado da Companhia totalizava R$2.849.616, correspondente a 2.849.615,508 ações ordinárias. Em 30 de dezembro de 2022, houve um aumento de capital no montante de R$ 50.000 pela sua controladora Cogna. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022 houve uma redução do capital devido a reestruturação societária. Considerando esses movimentos, em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia totalizava R$ 2.415.181 correspondente a 2.415.180,508 ações ordinárias. **24.2 Reserva de capital:** O saldo de todas as contas de reserva de capital no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 é R$ 128.275 (R$ 122.304 em 31 de dezembro de 2022). **24.3 Reserva de lucros:** Reserva legal: Constituída como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados, e que não pode exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2023 totalizava R$ 9.354 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2022). Dividendos: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 houve a constituição dos dividendos a pagar à controladora direta Cogna, representando 25% do lucro líquido, após a compensação dos prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal, no montante de R$ 44.430. **24.4 Participação de acionistas não controladores:** A Companhia possuía participação de 64,64% em sua controlada direta Platos Soluções Educacionais S.A. ("Platos"). Em maio de 2021, a Companhia procedeu com aumento de sua participação acionária no patrimônio líquido para 68,07%, sendo o restante da participação pertencente a outra entidade do Grupo Cogna. Em 31 de dezembro de 2023, o montante pertencente ao controle de acionistas minoritários totalizava R$ 7.550 (R$ 5.358 em 31 de dezembro de 2022). **24.5 Programa de outorga de ações restritas:** Conforme descrito na nota explicativa 29.1 das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da controladora Cogna, e em conjunto com o apresentado na nota explicativa 2.18 dessa Demonstração Financeira, o Grupo aprovou durante o ano de 2018 a criação de um Plano de Outorga de Ações Restritas como forma de incentivo ao incremento do desempenho e permanência na Companhia dos administradores e/ou empregados da Companhia ou de outras empresas sob o seu controle direto ou indireto, onde poderão ser outorgadas em Ações Restritas aos executivos com o objetivo de promover a migração de opções de compras de ações outorgadas do Plano 2015, mediante aceitação expressa dos respectivos beneficiários e sua renúncia às opções de compra de ações ainda não exercidas. Foram fixados os termos e condições que seguem: a) seriam elegíveis à migração os beneficiários cujo contrato tivesse período de carência do último lote encerrando-se em 2020, 2021 ou 2022; b) seriam mantidos os períodos de carência dos contratos originais e preservados no cálculo da relação de troca os ganhos originais esperados pelos beneficiários. Houve o recalculo do valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da modificação separadamente para cada um dos lotes de cada outorga. Em 2023 houve a criação do novo Plano de Opção de Compra de Ações "Performance Shares 2023" que prevê a possibilidade de outorga de opções de duas espécies distintas: "Opções Bônus Extraordinário" e "Opções Performance". O gerenciamento dos planos é realizado pela Controladora Direta Cogna, e o reconhecimento substancial das despesas relativas às outorgas é realizado pela EDE, visto que essa é responsável pela folha de pagamento do Grupo. Assim sendo, um maior detalhamento dos movimentos realizados durante o ano de 2020, assim como demais informações acerca dos planos ofertados está apresentado nas notas explicativas supracitadas da Cogna, as quais devem ser lidas em conjunto com esse relatório. A Companhia reconheceu as despesas relativas às outorgas do Plano de Ações Restritas no montante de R$ 5.971 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R$ 10.948 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022) em contrapartida a reservas de capital no patrimônio líquido. **25. Partes relacionadas: 25.1 Transações entre partes relacionadas:** As principais transações contratadas pela Companhia e suas controladas com partes relacionadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são resumidas abaixo:

Partes relacionadas - outros (Ativo):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Rateio de despesas corporativas (i)	322.123	354.714	256.069	251.254
Repasse de contas a receber (ii)	269.967	–	269.967	–
Juros sobre capital próprio a receber	20.120	15.823	20.120	14.823
Vendas de ativo a coligadas	–	32.587	–	32.744
	612.210	**403.124**	**546.156**	**298.821**
Ativo circulante	612.210	403.124	546.156	298.821
	612.210	**403.124**	**546.156**	**298.821**

(i) Relativo aos saldos a receber por decorrência dos rateios de despesas corporativas realizados entre as controladas, via nota de débito. O montante reconhecido no resultado relativo a essa operação foi de R$ 91.725 na controladora e R$ 128.299 no consolidado em 31 de dezembro de 2023 (R$ 24.864 na controladora e R$ 35.718 no consolidado em 31 de dezembro de 2022). (ii) Refere-se a mensalidades de alunos da Companhia que foram recebidas pela parte relacionada Aesapar e serão repassados a Companhia em 2024.

Debêntures a pagar com partes relacionadas:

				Controladora
Parte relacionada	31/12/2022	Juros	Liquidação	31/12/2023
Cogna Educação S.A. (i)	822.942	95.162	(252.680)	665.424
	822.942	**95.162**	**(252.680)**	**665.424**
Passivo circulante	22.724			16.127
Passivo não circulante	800.218			649.297
	822.942			**665.424**

(i) Em abril de 2019, a Controladora direta Cogna realizou transferência dos valores que foram captados mediante a sua primeira emissão de debentures, ocorrida em 15 de abril de 2019, à EDE no montante de R$ 800.000, remunerada ao CDI + 0,65% a.a., com vencimento em 31 de dezembro de 2025. Partes relacionadas - outros (Passivo):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Rateio de despesas corporativas (i)	210.159	254.363	296.557	305.546
Valores devidos a controladoras - mútuo (ii)	81.876	122.787	81.876	161.752
Juros sobre capital próprio a pagar	–	–	–	5.641
	292.035	**377.150**	**378.433**	**472.939**
Passivo circulante	210.159	377.150	296.557	472.939
Passivo não circulante	81.876	–	81.876	–
	292.035	**377.150**	**378.433**	**472.939**

(i) Relativo as obrigações a pagar derivadas de valores que foram recebidos pela controladora e suas controladas, mas estão relacionadas as operações das demais entidades do segmento Kroton, via nota de débito. O montante reconhecido no resultado relativo a essa operação foi de R$ 91.725 na controladora e R$ 128.299 no consolidado em 31 de dezembro de 2023 (R$ 24.864 na controladora e R$ 35.718 no consolidado em 31 de dezembro de 2022). (ii) A Controladora direta Cogna, com o objetivo de melhor alocação de capital entre as empresas controladas, realizou transferências de valores em caixa para suas controladas e com contrapartida de aumentos de capital ou contratos de mútuo, dependendo de uma análise de cada sociedade. Para tanto, foram celebrados contratos de empréstimos com vencimento em dezembro/2025, considerando a remuneração de CDI+3,57% a.a. Sobre essas operações não incide o imposto sobre operações financeiras (IOF), em decorrência do Decreto 10.504/2020, aprovado pelo Governo, que definiu alíquota zero para o imposto nas operações de crédito. Apresentamos a seguir os saldos a receber por entidade controlada:

				Consolidado
Mútuo:	Valor principal	Juros	Liquidação	31/12/2023
De Cogna para EDE	145.390	12.508	(99.995)	57.903
De Cogna para Unime Salvador	38.965	5.008	(20.000)	23.973
	184.355	**17.516**	**(119.995)**	**81.876**

25.2 Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, o presidente, os vice-presidentes e os diretores estatutários.

	31/12/2023	31/12/2022
Salários	10.004	8.567
Benefícios	392	308
Encargos	3.553	3.311
Remuneração variável	7.448	7.988
	21.397	**20.174**

26. Cobertura de seguros: A Companhia um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, e aplicável a todas as suas controladas, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas pelo montante a seguir indicado, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	31/12/2023	31/12/2022
Bens do imobilizado	353.000	338.000
Responsabilidade civil geral e executivos	9	9
Veículos	683	3.159
	353.692	**341.168**

27. Receita líquida de vendas e serviços:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de vendas de serviços	2.605.807	2.040.573	2.955.815	3.270.014
Deduções da receita bruta	–		–	
Impostos	(49.489)	(38.203)	(57.281)	(59.506)
ProUni	(435.300)	(282.925)	(527.343)	(538.598)
Descontos e devoluções	(195.001)	(147.941)	(246.731)	(315.538)
Receita líquida de serviços	**1.926.017**	**1.571.504**	**2.124.460**	**2.356.372**
Receita bruta de vendas de produtos	71.325	54.158	74.111	66.505
Receita líquida de produtos	**71.325**	**54.158**	**74.111**	**66.505**
Receita líquida	**1.997.342**	**1.625.662**	**2.198.571**	**2.422.877**

28. Custos e despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários e encargos sociais	(395.715)	(342.071)	(507.422)	(666.184)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(197.095)	(128.318)	(233.731)	(267.949)
Depreciação e amortização	(152.122)	(163.664)	(169.331)	(200.576)
Publicidade e propaganda	(145.718)	(93.789)	(155.230)	(112.139)
Amortização de intangíveis gerados em combinações de negócios	(1.992)	–	(2.624)	(4.190)
Utilidades, limpeza e segurança	(93.137)	(83.237)	(109.626)	(129.185)
Depreciação - IFRS 16	(64.063)	(47.944)	(93.946)	(102.813)
Consultorias e assessorias	(174.215)	(121.365)	(182.048)	(136.109)
Outras despesas, líquidas do ativo imobilizado	(15.420)	(7.081)	(10.204)	(5.298)
Outras despesas gerais	(35.898)	(33.390)	(43.578)	(55.705)
Cobrança de rateio de despesas corporativas	(91.725)	(24.864)	(128.299)	(35.718)
Aluguel e condomínio	(6.864)	(8.551)	(7.999)	(13.623)
Taxas e contribuições	(6.862)	(433)	(10.989)	(6.644)
Viagens	(12.325)	(9.337)	(12.700)	(10.573)
Serviços de terceiros	(499)	(943)	(499)	(1.638)
Contingências	(16.067)	(58.368)	(20.105)	(91.562)
	(1.409.717)	**(1.123.355)**	**(1.688.331)**	**(1.839.906)**
Custo das vendas e serviços	(256.718)	(219.472)	(344.165)	(492.991)
Despesas com vendas	(171.662)	(116.446)	(189.272)	(165.971)
Despesas gerais e administrativas	(768.822)	(652.038)	(910.959)	(907.697)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(197.095)	(128.318)	(233.731)	(267.949)
Outras receitas operacionais	10.614	4.135	15.885	9.523
Outras despesas operacionais	(26.034)	(11.216)	(26.089)	(14.821)
	(1.409.717)	**(1.123.355)**	**(1.688.331)**	**(1.839.906)**

29. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Juros sobre mensalidades	38.724	25.503	50.213	56.633
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	35.220	22.717	41.474	100.214
Juros de subarrendamento	1.281	1.620	1.281	1.620
Juros ativo	1.094	5.196	1.094	5.330
Outras receitas financeiras	1.955	5.750	1.342	5.617
	78.274	**60.786**	**95.404**	**169.414**
Despesas financeiras				
Juros de arrendamento	(90.789)	(75.293)	(127.086)	(148.316)
Juros e custos das debêntures	(126.616)	(135.414)	(126.616)	(135.414)
Atualização de contingências	(4.451)	(16.753)	(5.946)	(27.320)
Juros sobre mútuos	(16.070)	(42.947)	(17.515)	(131.235)
Outras despesas financeiras	(4.725)	(5.558)	(4.976)	(6.747)
Atualização de obrigações por aquisições de controladas	(1.346)	(1.708)	(1.346)	(1.770)
Tarifas bancárias e de cobrança	(9.741)	(7.646)	(10.314)	(8.920)
Juros e mora comercial e fiscal	(3.463)	(1.784)	(3.761)	(2.259)
	(257.201)	**(287.103)**	**(297.560)**	**(461.981)**
Resultado financeiro	**(178.927)**	**(226.317)**	**(202.156)**	**(292.567)**

30. Lucro por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o exercício.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	239.680	188.121
Média ponderada de ações ordinárias em circulação (em quantidade)	2.415.181	2.415.181
Lucro básico por ação ordinária	**0,10**	**0,08**

31. Informações suplementares aos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Grupo realizou durante o ano adições e cancelamentos de contratos nos arrendamentos por direito de uso, além de movimentações nas garantias atreladas as operações com ex-mantenedores, e compensações de contas a receber e pagar em transações ocorridas com outras empresas, todos estes sem efeito caixa. A seguir apresentamos tais impactos:

		31/12/2023
Ajustes para:	Controladora	Consolidado
Imobilizado		
Adição de arrendamentos financeiros (IFRS 16/CPC 06)	37.570	64.233
Passivos assumidos na combinação de negócios		
Garantias de ex-mantenedores	8.190	10.915
	45.760	**75.148**

Diretoria

Roberto Afonso Valério Neto
Diretor Presidente
Frederico da Cunha Villa
Vice-Presidente Financeiro (CFO) e Diretor de Relações com Investidores
Sergio Helano Araujo Betta Junior
Diretor de Controladoria CRC RJ-102511/O-5

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Editora e Distribuidora Educacional S.A. - Belo Horizonte - MG. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Editora e Distribuidora Educacional S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Editora e Distribuidora Educacional S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Redução ao valor recuperável de unidade geradora de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura:** Veja Notas Explicativas nº 2.10 e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principal assunto de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta, em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas valores significativos de ágios por expectativa de rentabilidade futura decorrentes de combinações de negócios, os quais devem ser testados no mínimo anualmente para a identificação da necessidade de reconhecimento de redução ao valor recuperável, conforme norma contábil em vigor. A determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa (UGC) é baseada em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que envolvem premissas significativas tais como: (i) a margem LAJIDA (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização); (ii) crescimento médio da receita líquida; (iii) taxa de crescimento na perpetuidade; e (iv) taxa de desconto. Devido às incertezas e julgamentos relacionados com as principais premissas utilizadas para estimar o fluxo de caixa futuro da unidade geradora de caixa, que, se alteradas, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como suas divulgações relacionadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria. **Como nossa auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram mas não se limitaram a: - análise, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas significativas utilizadas pela Companhia para a projeção do fluxo de caixa futuro, e comparação das premissas de taxa de crescimento na perpetuidade e taxa de desconto com informações de mercado disponíveis, e comparação das premissas de margem LAJIDA e crescimento médio da receita líquida com o desempenho histórico e previsões anteriores. - recálculo, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, do valor presente dos fluxos de caixa projetados pela Companhia para a unidade geradora de caixa; - comparação do valor contábil líquido com o valor em uso por unidade geradora de caixa; e - avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos,

continua

D4Sign b59fbb6c-511b-4407-8b74-1535a6eaf72a - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

SEMPRE EDITORA LTDA
CNPJ 26.198.515/0004-84

continuação

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A. E CONTROLADAS - CNPJ nº 38.733.648/0001-40

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

consideramos aceitável o valor recuperável das unidades geradoras de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas sobre o contas a receber:** Veja Notas Explicativas nº 2.7 e 9 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **Principal assunto de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta, em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, saldos significativos de contas a receber. A mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas sobre o contas a receber da Companhia que é proveniente de alunos com e sem parcelamentos privados, requer um julgamento significativo da Companhia na determinação das principais premissas, as quais incluem: (i) a determinação de perfil de risco do aluno; (ii) índices de inadimplência para alunos evadidos e formados; (iii) expectativa de evasão de alunos ativos; e (iv) expectativa para entrada de caixa para acordos com títulos renegociados. Devido à complexidade e ao nível de julgamento utilizados na determinação das principais premissas para a mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas do contas a receber, bem como ao impacto que eventuais mudanças nestas premissas poderia ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria. **Como nossa auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram mas não se limitaram a: - conciliação das bases de dados das principais premissas com os saldos contábeis e relatórios auxiliares financeiros; - testes documentais, em base amostral, sobre os dados que suportam as principais premissas utilizados na mensuração da provisão para perdas esperadas; - recálculo dos modelos implementados pela Companhia para a mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas para os alunos com e sem parcelamentos privados e comparação com os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e - avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. No decorrer de nossa auditoria identificamos ajustes que, apesar de imateriais, afetaram a mensuração da provisão de perdas de crédito esperadas para alunos com parcelamentos privados e sem parcelamentos privados, os quais não foram registrados e divulgados pela Companhia por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas sobre o contas a receber, bem como as divulgações relacionadas, no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 8 de abril de 2024

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Flavio Gozzoli Gonçalves
Contador CRC 1SP 290557/O-2

BANCO BS2 S.A.
CNPJ 71.027.866/0001-34

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA– CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os acionistas do **Banco BS2 S.A.**, para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a serem realizadas conjuntamente, de forma virtual às 9h (nove horas) do dia 24/04/2024. A participação nas Assembleias ocorrerá por meio de atuação remota via sistema eletrônico (sistema denominado "Zoom"), cujo link de acesso deverá ser solicitado através do e-mail governancasocietaria@bancobs2.com.br ou pelos telefones números (31) 3078-8751 e (31) 3078-8750 pelo(s) acionista(s) que tiver(em) interesse em participar, em até 1 (uma) hora antes do início das Assembleias. A presença de todos os acionistas será identificada e certificada pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa. As Assembleias terão a finalidade de deliberar sobre as seguintes matérias: 01 – tomada das contas dos administradores, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, com exame, discussão e votação acerca das demonstrações financeiras levantadas naquela data; 02 – a destinação do resultado apurado no citado exercício social; 03 - aprovação do JCP pago em 2023, ad referendum desta Assembleia; 03 – revisão do limite de remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2024; 04 - inclusão da carteira de banco de investimento no objeto social; 05 - reorganização da composição dos membros do Conselho de Administração. 06 - aumento do capital social, mediante incorporação de reservas disponíveis; 07 - nova redação para o artigos 3º e 5º do estatuto social e sua consolidação em um só instrumento.

Belo Horizonte, 10 de abril de 2024.
Marcos Grodetzky – Presidente do Conselho de Administração.

MINASMÁQUINAS S/A
CNPJ/MF 17.161.241/0001-15 - NIRE 31300041727
COMPANHIA ABERTA - CVM 8818
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convidamos os Senhores Acionistas da MINASMÁQUINAS S/A a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia 19 de abril de 2024, às 10:00 horas, na sede social, à Rodovia Fernão Dias, KM 02, da BR 381, nº 2.211, no Município de Contagem/MG, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: (i)** Relatório da Administração e Contas da Diretoria, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** Proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, deliberada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 19 de março de 2024; **(iii)** Proposta de remuneração global anual da administração da Companhia para o exercício social iniciado em primeiro de janeiro de 2024, deliberada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 19 de março de 2024. **EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: (i)** Proposta de aumento do capital social da Companhia de R$ 218.605.104,92 para R$ 241.556.474,11, apreciada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 19 de março de 2024; **(ii)** Proposta de manutenção do limite do capital autorizado da Companhia para R$ 350.000.000,00, deliberada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 19 de março de 2024; **(iii)** Alteração e Consolidação do Estatuto Social, em virtude das deliberações (i) e (ii) acima. **AVISOS: 1.** Os acionistas presentes à Assembleia deverão provar sua qualidade através da apresentação de documento hábil de sua identidade. **2.** Somente serão admitidos a participar e votar na Assembleia, os acionistas cujas ações tenham sido transferidas e registradas no livro próprio da companhia, cinco (5) dias antes da primeira convocação. **3.** O percentual mínimo de participação no capital social votante, necessário à requisição do sistema de voto múltiplo é 9% (nove por cento). **4.** Nos termos da Lei 6.404/76 e de acordo com a Seção II da Resolução CVM nº 81/22, encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da companhia e na página da Comissão de Valores Mobiliários na internet (www.cvm.gov.br), toda documentação pertinente às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Contagem, 28 de março de 2024.

Maria Stella Gonçalves de Faria
Presidente do Conselho de Administração

D4Sign b59fbb6c-511b-4407-8b74-1535a6eaf72a - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Publicidade Legal Digital - 12 de Abril de 2024 pdf

Código do documento b59fbb6c-511b-4407-8b74-1535a6eaf72a

Assinaturas

SEMPRE EDITORA LTDA:26198515000484
Certificado Digital
poliana.helena@otempo.com.br
Assinou

Eventos do documento

12 Apr 2024, 09:13:38
Documento b59fbb6c-511b-4407-8b74-1535a6eaf72a **criado** por POLIANA HELENA DE SOUZA QUEIROS ARAÚJO (21e5ad5a-9bf4-4fd3-acf6-7448d9c43d2b). Email:poliana.helena@otempo.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-12T09:13:38-03:00

12 Apr 2024, 09:14:43
Assinaturas **iniciadas** por POLIANA HELENA DE SOUZA QUEIROS ARAÚJO (21e5ad5a-9bf4-4fd3-acf6-7448d9c43d2b). Email: poliana.helena@otempo.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-12T09:14:43-03:00

12 Apr 2024, 09:15:23
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - SEMPRE EDITORA LTDA:26198515000484 **Assinou** Email: poliana.helena@otempo.com.br. IP: 187.94.66.171 (187-94-66-171.centurytelecom.net.br porta: 4514). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=Autoridade Certificadora SERPRORFBv5,OU=A1,CN=SEMPRE EDITORA LTDA:26198515000484. - DATE_ATOM: 2024-04-12T09:15:23-03:00

Hash do documento original
(SHA256):762470ef978cddb54b11d2515c4319cf06663268595a63407e1e6e47a01225f6
(SHA512):9d22c6e6e650630d15bce78cd802619e3c06878109fda246b72bdf6e851f9c89af1533dce567b630122db5295d17f65ae603e519d4cdc610033e6c7a27baf9b9

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign